

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Sara Esther Dias Zarucki Tabac

**Caminhos contemporâneos sobre juventudes,
consumo e cidadania**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Maria Sarah da Silva Telles

Rio de Janeiro
Setembro de 2012



Sara Esther Dias Zarucki Tabac

**Caminhos contemporâneos sobre juventudes,
consumo e cidadania**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre pelo Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Maria Sarah da Silva Telles

Orientadora

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Profa. Claudia da Silva Pereira

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Profa. Gisele Silva Araújo

UNIRIO

Profa. Angela Maria de Randolpho Paiva

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Profa. Mônica Herz

Coordenadora Setorial do Centro
de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2012

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Sara Esther Dias Zarucki Tabac

Graduou-se em Ciências Sociais pela PUC-Rio em 2009. Atualmente, é professora de sociologia em instituições de ensino no Rio de Janeiro. Interessada nas áreas de sociologia da juventude, consumo e cidadania.

Ficha Catalográfica

Tabac, Sara Esther Dias Zarucki

Caminhos contemporâneos sobre juventudes, consumo e cidadania / Sara Esther Dias Zarucki Tabac ; orientadora: Maria Sarah Silva Telles. – 2012.
86 f. : il. (color.) ; 30 cm

1. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2012.

Inclui referências bibliográficas.

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Juventude. 3. Cidadania. 4. Consumo. 5. Brasil. I. Telles, Maria Sarah Silva. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. III. Título.

CDD: 300

*Definitivamente, aos meus alunos.
André Gravatá, obrigada por aquela pizza. Ressurgi.*

Agradecimentos

Considero esta a parte mais difícil da minha dissertação, e, como toda pisciana, a emoção toma conta. No entanto, preciso agradecer com a intensidade justa a todos os envolvidos nestes anos do Mestrado que foram essenciais para a realização deste trabalho.

À CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Agradeço a todos do Departamento de Sociologia e Política da PUC - Rio por quase esses oito anos como aluna e pela confiança depositada sempre. Aos professores – em especial ao Paulo César Greenhalgh de Cerqueira Lima -pela ajuda com os dados estatísticos desta dissertação. Saibam que vocês entram comigo em todas as minhas aulas. Sou uma soma de tudo que eu aprendi, escolhi e decidi com vocês, e hoje, a menina que já lecionava aos 10 anos para suas bonecas, passa por mais esta fase na trajetória acadêmica.

Obrigada às secretárias, Ana Roxo e Mônica Gomes, pela paciência e pelo carinho de sempre em todos esses anos.

A professora Tânia Conceição Pereira do Departamento de Letras da PUC-Rio meus sinceros agradecimentos pela paciência e o carinho de me ensinar e ajudar nos momentos que eu mais precisei.

Para Sigmund Freud: “*de erro em erro vai se descobrindo a verdade*”. De muitos erros desde 2005, pelas palavras da minha psicanalista Daniela Goulart Pestana. Todos me ajudaram a encontrar quem realmente sou e algumas verdades e escolhas que fui com os anos escolhendo quais seguir. Este trabalho é o resultado de uma.

Ele entrou na minha vida já no final da dissertação, mas foi tão intensamente que tive que me render ao meu namorado, Carlos Eduardo Pauzeiro Vieira Barcelos pela façanha de conseguir me fazer voltar a sorrir.

De uma carona desconhecida da PUC-Rio até a Tijuca, conheci Isabela Mattos que, em várias caronas, compartilhou intensamente e quase diariamente minhas angústias, tristezas e alegrias. Mestrandas juntas, nossa amizade se confunde com projetos profissionais e sonhos – ainda há muita estrada pela frente.

Não é qualquer uma que tatua um poema de Clarisse Lispector no tornozelo. Não dá para não agradecer àquela que quer mais do que liberdade e sabe que o que ela quer ainda não tem nome: Júlia Messina. Obrigada, amiga. Só você para me dar as forças e os caminhos necessários nesses séculos de amizade.

Sei que não foi fácil nem para mim, e muito menos para ela. No período da orientação, tivemos perdas e uma em especial em comum: a da sua grande amiga e da minha adorável professora Santuza Cambraia Naves. Querida xará e orientadora, Maria Sarah Silva Telles, obrigada pelo carinho, atenção e, principalmente, pela confiança depositada na condução deste trabalho.

Sempre à Gisele Silva Araújo. Desde 2005 em sua aula de “aventura sociológica” e com a leitura árdua de “o pêndulo da modernidade” vi que você era especial. Sabe aquele “*sou sua admiradora secreta número um?*”. Agradeço pela sua amizade nos momentos mais importantes - sei que você estará lá, sempre.

À banca, agradeço pela leitura sincera e pelas anotações que com certeza deixaram este trabalho mais rico: Cláudia Pereira, Ângela Paiva e Gisele Silva Araújo.

Aos amigos e familiares (brasileiros e uruguaios) que entenderam que eu precisava sair mais cedo das festinhas, não ficar para a “saideira”, perder a sessão coruja e ir dormir às 21h. Obrigada por terem entendido tudo isso com muito carinho. *Gracias!*

Aos meus pais Isaac Zarucki Tabac e Dirce Dias Zarucki Tabac e a minha irmã Sabrina Esther Dias Zarucki Tabac por entenderem minha opção profissional.

Meus amigos que não estão mais entre nós Átila Nunes Neto e Marcelo Charif. Sei que vocês gostariam de comemorar comigo este trabalho. Sei que vocês estão por aqui.

À equipe da Box 1824 que, ao confiar no meu trabalho, me proporcionou todas essas alegrias: “O coração não é tão simples quanto pensa nele cabe o que não cabe na despensa”. Cabe com certeza o meu carinho e agradecimento a todos vocês. Carla Mayumi Albertuni, obrigada pela força, guria!

Não menos importante, aos que não acreditaram em mim: *Veni, vidi, vici!*

Resumo

Tabac, Sara Esther Dias Zarucki; Telles, Maria Sarah da Silva (Orientadora). **Caminhos Contemporâneos sobre juventudes, consumo e cidadania.** Rio de Janeiro, 2012. 86p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A partir dos dados coletados na pesquisa “O Sonho Brasileiro” – realizada em 2010, pela BOX 1824 –, buscou-se compreender a configuração dos jovens em relação à esfera pública, ao se relacionar esses dados com os conceitos de cidadania, consumo e juventude no Brasil contemporâneo. Abordou-se o conceito de cidadania a partir das ideias dos autores T.H. Marshall e José Murilo de Carvalho, que a entendiam como processo. Em paralelo, percebe-se o consumo como um ato político em um momento em que as instituições políticas perdem sua credibilidade, além de serem encaradas como instrumento de pertencimento ou diferenciação social. Conclui-se que é importante o jovem resgatar o valor do Estado como agregador dos interesses coletivos.

Palavras - Chave

Cidadania; Consumo; Juventude.

Abstract

Tabac, Sara Esther Dias Zarucki; Telles, Maria Sarah da Silva (Advisor). **Contemporary paths for youth, consumption and citizenship**. Rio de Janeiro, 2012. 86p. MSc. Dissertation – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

From the data collected in the survey "The Brazilian Dream" - published in 2010 by BOX 1824 - we sought to understand the configuration of the young in relation to the public sphere, to relate these data to the concepts of citizenship, consumption and youth in contemporary Brazil. It approaches the concept of citizenship from the ideas of the authors TH Marshall and José Murilo de Carvalho, who understand it as a process. In parallel, the consumption is perceived as a political act at a time when political institutions lose their credibility, in addition, it is regarded as an instrument of belonging or social differentiation. We conclude that it is important the young recover the value of the state as aggregator of collective interests.

Keywords

Citizenship; Consumption; Youth.

Sumário

1. Introdução	11
1.1. A pesquisa “O sonho brasileiro”: o que os jovens pensam sobre o Brasil?	13
1.2. A motivação para pesquisar os jovens	14
1.3. Sonhos individuais: o consumo atrelado à participação	14
1.4. Sonhos para o país: revisando a participação no espaço público	16
1.5. O que é microrrevolução: uma nova ideia de cidadania?	17
1.6. O “jovem ponte”: o ator social e a responsabilidade sobre o coletivo	20
1.7. A abordagem conceitual: revisando a política para a juventude	21
2. Cidadania e Espaço Público: uma reavaliação necessária	23
2.1. A construção da cidadania: um modelo “histórico-cooptativo”	24
2.2. Cidadania e seus novos rumos: pertencimento participativo	36
3. Cidadania e Consumo: ser cidadão é ser consumidor?	45
3.1. O que é consumir? A cultura do consumo moderno	51
3.2. O consumo como estilo de vida: o <i>habitus</i> e o gosto	57
3.3. Por uma história do consumo: a formação da identidade	60
4. Juventude e juventudes: do individual ao coletivo	66
4.1. O jovem como ator social	71
4.2. O caráter simbólico da Juventude	74
5. Conclusão	82
6. Referências bibliográficas	84

1

Introdução

A questão central que norteia esta dissertação se baseia nos conceitos de cidadania, consumo e juventude. A partir dos jovens buscarei repensar quais questões devem ser revistas tendo como base os conceitos de cidadania e consumo. O que é consumir para o jovem entre 18 e 24 anos hoje? Esse consumo está ligado a interesses coletivos ou individuais?

Na pesquisa “O sonho brasileiro”, o recorte feito sobre os jovens demonstrou a necessidade de se subdividir em categorias econômicas, geográficas e de escolaridade, a fim de diagnosticar mais fielmente o retrato social.

Dentre as justificativas para esse tema, ressalto a pesquisa “O sonho brasileiro” sobre jovens e seus sonhos sobre o Brasil, realizada em 2010 pela empresa de pesquisa e comportamento Box 1824¹ da qual eu participei como pesquisada. A Box 1824 é uma agência de pesquisa que estuda o comportamento e as tendências de consumo de jovens de 18 a 24 anos. Eles segmentam os consumidores pela sua capacidade de influenciar outras pessoas, com base no seu comportamento, nível de informação e na forma como se expressam. Além disso, eles partem do pressuposto que esse público é hoje o centro primário de influência da sociedade global de consumo.

José Murilo de Carvalho (2001) ao revisitar as matrizes teóricas de T.H. Marshall (1967), para interpretar o Brasil, buscou compreender a relação existente entre as instituições e a sociedade. Acrescento à discussão sobre cidadania uma reflexão acerca do consumo e da esfera pública, buscando entender essa complexa relação que, em minha hipótese, é a base de percepção - da cidadania- calcada em valores democráticos e ideais de igualdade.

Meu objetivo é tratar de nova concepção dos valores coletivos, tendo como base um crescente repúdio a partidos políticos e às instituições políticas.

Após o convite da empresa de comportamento jovem, Box 1824, em 2010 para eu me integrar junto com outros jovens do Brasil à pesquisa “O sonho Brasileiro, pude

¹<http://www.box1824.com.br/>

conhecer jovens que estão fazendo algo de diferente para o Brasil e pensando além do interesse privado. Em 2011 fui convidada para apresentar esse meu projeto em uma palestra em São Paulo para o projeto mundial do TEDX Jovem@ Ibira com o título: “Microrrevoluções na Sala de aula”².

A empresa pesquisou sobre jovens que estão realizando algum projeto em sua região. Destaco o caso da Raísa Feitosa de Recife (PE) que promove junto aos seus colegas um evento chamado “Bicicletada”³. Iniciado nos Estados Unidos nos anos 90, veio ao Brasil e conquistou a adesão de muitos jovens. O movimento busca por meio de uma manifestação pacífica questionar o uso dos carros e incentivar a mobilização com as bicicletas.

Em 2009, depois de formada em Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, fui ser professora de Ética, Cidadania e Consumo e de Responsabilidade Social na ONG São Martinho⁴, especificamente no projeto “Mundo do Trabalho”. O projeto consiste em fornecer ao jovem a oportunidade do primeiro emprego em empresas consagradas como, por exemplo, o BNDES, Petrobrás, Light e Shell.

Essa experiência com jovens entre 15 e 20 anos foi um grande desafio, pois me deparei com inúmeras dificuldades em sala de aula tendo que trabalhar com consumo, cidadania e educação. Observei algumas dificuldades semelhantes àquelas apresentadas na pesquisa do Everardo Rocha e da Cláudia Pereira (2009), na qual ficam claros os impasses e as dificuldades dos jovens nessa fase de transição e, portanto, as cobranças de responsabilidades (como adultos) e momentos de liberdade e “curtição da vida”.

O resultado da pesquisa “O Sonho Brasileiro” apresentou novas questões desses jovens sobre o país e sobre eles mesmos. Esses resultados podem ser agrupados em duas categorias:

- 31% estão relacionadas a sonhos de reparação: 18% sonham com menos violência e 13% com menos corrupção;
- 28% estão ligadas a sonhos de realização: 10% desejam mais empregos para o País, outros 10%, mais igualdade racial, e 8%, mais educação.

Os resultados apresentam um levantamento ambicioso sobre as inquietações dos jovens e sobre o que eles entendem sobre cidadania. A dissertação não irá buscar

² Apresentação presente no site do evento: <http://tedxjovemibira.com/>

³<http://bicicletada.org/>

⁴<http://www.saomartinho.org.br/>

analisar esses resultados, tendo em vista a dimensão da pesquisa, mas alguns dos temas que também foram analisados na pesquisa “O Sonho Brasileiro” serão abordados teoricamente.

Pesquisar sobre juventude, consumo e cidadania tem uma relevância intelectual indiscutível dentro das Ciências Sociais, constituindo um tema social de extrema atualidade, e, por isso, justificando seu maior aprofundamento.

1.1.

A pesquisa “O sonho brasileiro”: o que os jovens pensam sobre o Brasil?

A pesquisa “O sonho brasileiro” servirá para ilustrar a análise teórica que será feita nos capítulos dessa dissertação. Como será visto, o jovem analisado é aquele considerado um ator social fluente e de ação em seu meio social. Ao término da pesquisa, uma nova identificação atribuída a um tipo de jovem engajado, denominado “jovem ponte”, é um exemplo claro dessa percepção. Esse “jovem ponte” teria a capacidade de mudar sua realidade social, independentemente de sua ação na esfera institucional. Seria uma nova forma de exercer a cidadania?

A pesquisa “O sonho brasileiro” foi realizada com base em três metodologias diferentes: a pesquisa qualitativa, quantitativa e a semiótica.

Na parte qualitativa, a pesquisa buscou identificar as características dos jovens que estão promovendo a transformação social no Brasil, seus valores e suas crenças, e os novos modelos de ação coletiva. Outro objetivo era a necessidade de encontrar novos comportamentos individuais e coletivos e, portanto, verificar os anseios desses jovens sobre o Brasil do passado, presente e futuro. Nessa fase da pesquisa, foram entrevistados 1.200 jovens de 18 a 24 anos de classes A, B e C que estivessem atuando em ações no país nas seguintes regiões: Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre.

Já a pesquisa quantitativa buscou encontrar critérios para segmentar os jovens a partir das descobertas realizadas na pesquisa, e, por isso, procurou mensurar o grau de adesão da população jovem de acordo com as respostas atribuídas por esses jovens denominados “transformadores”, entrevistados previamente. Nessa fase, o objetivo foi identificar os sonhos declarados para o Brasil e para si mesmos.

Essa fase contou com a participação de 1.784 jovens distribuídos em 173 cidades de 23 estados do Brasil. Nessa fase da pesquisa foram entrevistados jovens das classes A, B, C, D e E: 44% têm entre 18 e 20 anos e 56% têm entre 21 a 24 anos. Em relação à educação, 11% desses jovens possuem o ensino superior, 70% o ensino médio e 19% o fundamental.

Na classificação socioeconômica, pelo critério Brasil⁵, 04% são da classe A, 33% da classe B, 47% da C e 17% da D e E. Na renda mensal média familiar, 36% recebiam até 2 salários mínimos, 26% de 2 a 3 salários mínimos, 19% de 3 a 5 salários mínimos, e 6% mais de 10 salários mínimos.

1.2.

A motivação para pesquisar os jovens

A empresa Box 1824 afirma que essa pesquisa⁶ buscou, dentre outras questões, entender quais são as perspectivas de futuro entre os jovens de 18 e 24 anos tendo como hipótese a de que o Brasil está passando por um novo momento: os jovens estariam com mais esperanças sobre o futuro do país.

A chamada “nova geração” faz parte desse recorte, por exemplo, a partir do depoimento de alguns jovens: “*O Brasil está muito mais posicionado no mundo do que estava há alguns anos. É uma valorização daquilo que é brasileiro voltado para o Brasil. Isso faz com que, sem dúvida, essa geração tenha um sentimento muito maior de ser brasileiro que a geração passada.*” (Pesquisa “O sonho brasileiro”, 2010).

O primeiro dado a ser destacado nesse caso é que reafirma a hipótese da pesquisa está no fato de 89% dos jovens terem orgulho de ser brasileiro, 76 % acreditarem que o Brasil está mudando para melhor e 87% acreditarem que o Brasil é importante no mundo de hoje.

1.3

Sonhos individuais: o consumo atrelado à participação

⁵Diretrizes de ordem geral, a serem consideradas pelas entidades prestadores de serviços e seus clientes, a respeito da adoção do Critério de Classificação Econômica Brasil. Mais informações em: <http://www.abep.org/>

⁶A pesquisa teve o patrocínio de empresas como o Itaú e a Pepsi e também o apoio da Rede Globo.

Na pesquisa, a pergunta sobre sonhos individuais destacou algo interessante sobre a perspectiva dos jovens. Para o “Qual é o seu maior sonho?”, 55% afirmaram que sonham com a formação profissional e emprego, 15 % destacaram a casa própria, e 9% mencionaram o dinheiro. A família ficou em penúltimo lugar com apenas 6% dos sonhos, perdendo apenas para os carros, motos e eletrodomésticos com 3%.

Em relação à educação, 79% dos jovens têm intenção de cursar o ensino superior. Dentro de cada classe, 79% são da classe A e B, 77% da classe C e 74 % da classe D e E. Segundo uma das jovens na pesquisa: “*Hoje o meu maior sonho é ser contratada no meu estágio para futuramente poder realizar outros sonhos*”.

Na pergunta: “Como a geração atual enxerga a si mesma?”, as palavras que melhor definem a geração são 35% a definem como sonhadora, 34% como consumista, 31% como responsável, 28% como batalhadora e 8% como comunicativa.

Considero ser de suma importância dar destaque aos 34% dos jovens que consideram sua geração atual como consumista. Ao entender o consumo como parte integrante de um sistema social, é possível fazer múltiplas interpretações. Segundo Rocha (1995), o consumo possui uma importância (tanto ideológica quando prática) e pode ser entendido como um “fato social”, por ser coercitivo, extenso e externo ao indivíduo, tendo em vista a sua função de estruturador de valores e práticas que regulam as ações sociais, construindo identidades: “*consumo como forma de estabelecer a proximidade e a diferença entre grupos sociais*” (p. 17). O consumo é compreendido não somente no plano das práticas como também em um sistema de representações coletivas (que vai além das representações individuais).

Para Rocha e Pereira (2009), o sistema de consumo adolescentetransforma em bens de consumo e relaciona a identidades e estilos de vida, prestígio e hierarquia. Essas relações social e culturalmente estabelecidas classificam as pessoas, tornando-as semelhantes ou diferentes criando, portanto, novas formas de sociabilidade e de prestígio entre os adolescentes.

Os jovens já não ocupariam mais a posição de crianças e nem adultos. Essa precondição, segundo os autores, é complexa em nossa sociedade, pois revela ao mesmo tempo o fascínio da liberdade e o controle dos adultos: “a juventude passa a ser símbolo de um status social, ou melhor, de uma *aura*, uma *simpatia pública* que estende o conjunto de valores presente na idéia de ser *jovem* para outras faixas etárias” (Rocha e Pereira, 2009:98).

Os adultos consomem a juventude de modo que os pais se pareçam cada vez mais com seus filhos, fazendo com que a disputa pelo poder faça parte da dinâmica social que marca essa relação entre as gerações. Reforçando esse caráter, os autores mostram de que maneira o livro pode *desbiologizar* a categoria adolescente, proporcionando a ela seu caráter social e cultural.

1.4.

Sonhos para o país: revisando a participação no espaço público

Em “O sonho brasileiro” o resultado obtido na pesquisa quantitativa deixa claro que as principais respostas obtidas podem ser divididas em duas linhas principais: sonhos de reparação e sonhos de realização.

Nos sonhos de reparação, 31% dos jovens afirmam que gostariam de mais respeito e cidadania. Desses, 18% estão interessados em menos violência e 13% menos corrupção/mais ética na política.

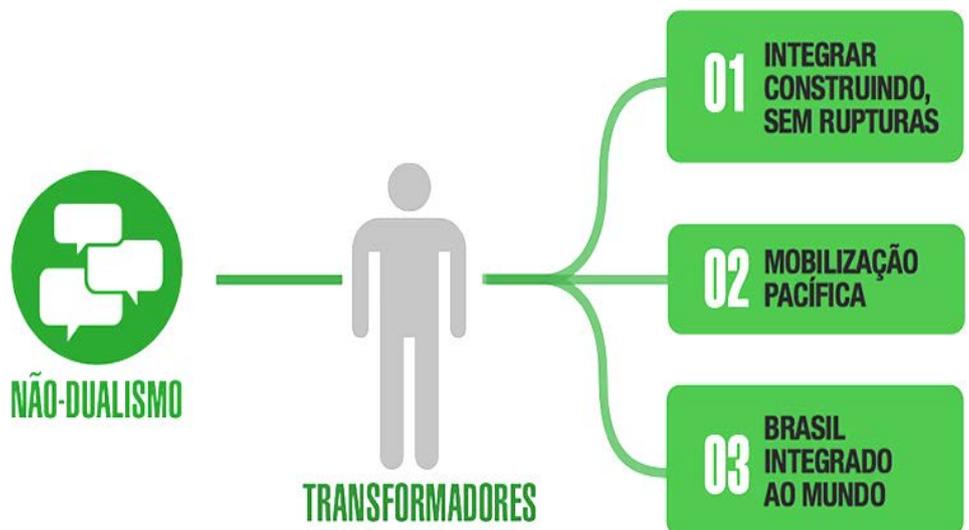
Em relação à vida profissional e aos interesses individuais, alguns dados interessantes foram diagnosticados. Os jovens acreditam valorizam, em primeiro lugar, a carteira assinada, 53%, seguido de maior salário, 47%. A satisfação pessoal ocupa o quinto lugar, com 22%.

Nos sonhos de realização, 28% sonham com oportunidades para todos, e desses, 10% sonham com emprego, 10% mais igualdade e 8% educação.

A pesquisa qualitativa apontou que muitos jovens estão preocupados com os problemas brasileiros (coletivo), mas também estão preocupados em encontrar soluções possíveis de atuação para a melhoria dessa situação. Na pesquisa quantitativa, quando perguntados sobre as maneiras pelas quais os jovens enxergavam sua geração, as duas mais escolhidas foram: agindo com honestidade no dia a dia (56%) e aproveitando as oportunidades que o Brasil oferece (30%). A pesquisa concluiu que construindo uma nova realidade a partir das oportunidades que o Brasil pode oferecer, é possível um país em que os sonhos podem ser tornar realidade. Nas falas de uma jovem *“cada vez mais eu vejo gente que tem orgulho de fazer o certo, cada vez eu vejo pequenas ações mais positivas. E quando isso for maior e maior, vai contagiando mais gente”*.



7



8

A pesquisa apontou que 81% dos jovens brasileiros concordam que a união de pessoas que pensam de forma diferente pode transformar a sociedade. 83% dos jovens brasileiros concordam que diferentes partidos políticos podem se unir pela mesma causa e 68% dos jovens brasileiros gostariam de ver sua cultura local se misturando com a cultura global.

1.5.

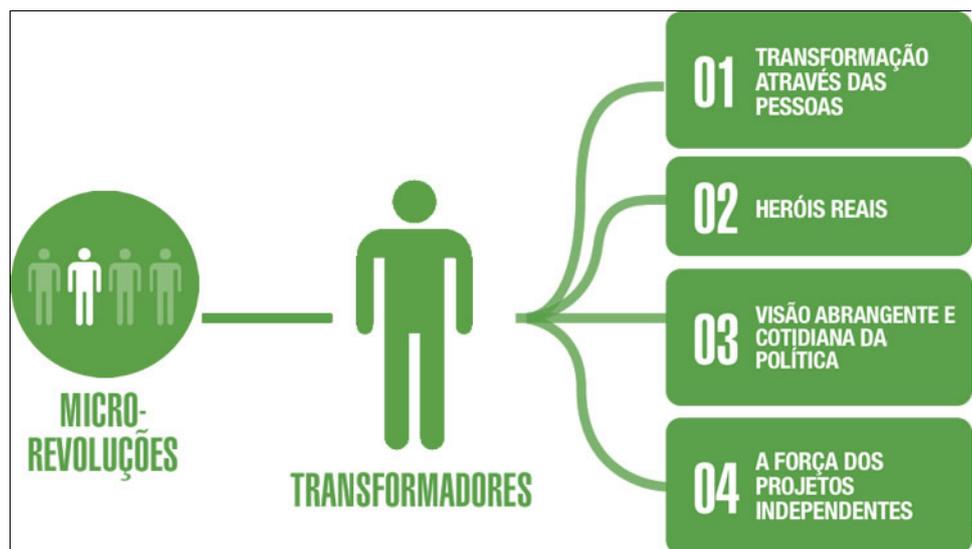
O que é microrrevolução: uma nova ideia de cidadania?

A noção de microrrevolução é utilizada na pesquisa para caracterizar a maneira como os jovens agem no mundo. São as múltiplas revoluções silenciosas que transformam o mundo de forma lenta e gradual provocadas em sua maioria por jovens

⁸Disponível em www.sonhobrasileiro.com.br

⁸ Disponível em www.sonhobrasileiro.com.br

entre 18 e 24 anos. São novas causas e novos atores que se multiplicam e se espalham por todo o planeta, onde questões sociais, ambientais e culturais ganham tanta importância quanto as políticas e econômicas. Não necessariamente elas são menores ou inferiores, mas com peso igual devido ao seu impacto social. Nesse sentido, cada indivíduo assume sua parte em suas ações cotidianas, e entende-se que a soma das pequenas ações de todos resulta em macrotransformações que atingem, portanto, um número maior de pessoas.



Nesse sentido, alguns dados na pesquisa chamam a atenção para essa nova ideia de participação: 71% dos jovens brasileiros acreditam que usar a internet para mobilizar as pessoas é uma forma de fazer política e 81% dos jovens brasileiros afirmam que gostariam de trocar mais experiências com jovens de outros países. Nestes depoimentos, esse conceito fica mais claro: “Hoje a juventude se organiza muito na internet dando opinião. Hoje várias ferramentas, e-democracia, tudo é online, o cara vai lá na Internet e dá a opinião dele.” “Cyberativismo através de redes sociais é um exemplo disso porque algumas pessoas pegam aquele gancho da internet e vão pra rua.” (Pesquisa “O sonho brasileiro”, 2010).

Para a pergunta: “Por que o jovem acredita que a participação pode transformar o Brasil?”, os jovens afirmaram que acreditam que a participação pode mudar o Brasil - são aqueles que se acostumaram desde cedo a pensar de forma sistêmica e não-

⁹ Gráfico retirado do site da pesquisa: www.sonhobrasileiro.com.br

hierárquica. Não pensam que o Brasil será salvo por um messias. Entendem que a transformação deve ocorrer também de baixo para cima e a cidadania aliada à ética precisam ser fortalecidas para que a participação seja possível. Transformar o Brasil com livros? Sim, neste depoimento de um jovem esse seria o caminho: “Fazer política é também doar um livro, doar um pouquinho do que aprendeu, passando adiante, fazer uma ação social.” (Pesquisa “O sonho brasileiro”, 2010).

Esses jovens enxergam que a crença em um messias afasta os brasileiros da arena política e coloca o país numa posição de passividade e submissão em relação aos partidos e políticos ‘profissionais’ - que caem cada vez mais em descrédito devido ao seu histórico de abuso de poder, práticas clientelísticas e escândalos de corrupção. Nestas passagens essas posições ficam evidentes: “A gente já percebeu que dinheiro público é desviado sistematicamente em todos os âmbitos, a gente já percebeu que quem está lá não são as pessoas que atendem à demanda da maior parte da população. Eles governam tendo como direção as suas próprias demandas”. “Os nossos pais acreditavam neles [políticos]. Minha mãe então pensava que iam mudar o Brasil.” “Onde você imagina que pode atuar para contribuir com o país?” (Pesquisa “O sonho brasileiro”, 2010).

Nas projeções dos jovens brasileiros sobre a participação, 28% acreditam que dando o exemplo de cidadania as pessoas ao redor podem mudar suas perspectivas; 21% veem a necessidade de uma maior fiscalização do poder público; 61% dos jovens acreditam que nos próximos cinco anos o Brasil poderá estar mais próximo de ser o país da cidadania do que o país do paternalismo; e 38% dos jovens acreditam que nos próximos cinco anos o Brasil estará mais próximo de ser o país da ética do que da corrupção.

A ideia de “jovem-ponte” também foi criada pela Box1824, e define esse jovem/ator social que se sente cada vez menos representado pelo sistema político institucional, acreditando ter se afastado da sua função original de olhar para o bem comum. Por isso, redefine o que entende por política, assim como as suas possíveis formas de participação. Esta passagem identifica isso: "Eu acho que não acredito em mais ninguém me representando, por isso não me encontro em nenhum partido, por isso me sinto afastada." (Pesquisa “O sonho brasileiro”, 2010).

O “jovem-ponte”: o jovem é um ator social que age sobre o coletivo.

As questões que ficam em aberto e possibilitam a ação e a classificação desses “jovens-ponte” estão em destaque abaixo:

- A possibilidade de fazer política cotidianamente: a política partidária e institucionalizada não representa este jovem. Ele vê muito mais sentido em agir politicamente no seu dia-a-dia. Seja através do consumo, escolhendo de quem vai comprar os produtos que consome, ou através de atitudes mais proativas, como a participação em ferramentas digitais, o jovem-ponte entende que seu papel político está ligado às suas ações cotidianas.

- A possibilidade de construir um novo tipo de participação coletiva: a participação cidadã ganha novos significados a partir do jovem-ponte. Com sua atitude que conecta e promove a troca, somada ao seu otimismo pragmático, estes jovens querem participar como cidadãos da construção do novo Brasil.

- Abre-se o diálogo sobre os preconceitos e as diferenças: o jovem-ponte não aceita os discursos que velam o preconceito. As pontes também devem ser feitas entre quem é diferente, seja entre centro e periferia, entre diferentes regiões do Brasil, etnias, orientação sexual, até mesmo entre instituições e disciplinas. Para esses jovens, o diálogo é uma ferramenta importante para a construção destas novas pontes.

- Busca a relevância social com o trabalho: o jovem-ponte adiciona uma nova dimensão ao trabalho, além da felicidade e realização pessoal. Quer também fazer diferença na sociedade a partir da sua profissão. Querem encontrar uma forma de integrar o trabalho às outras dimensões de sua vida voltadas para o coletivo.

- Os valores de transformação social, a participação: existem jovens-ponte não apenas agindo de forma ética e cidadã no seu dia-a-dia, mas também se propondo a formar outros cidadãos que atuem da mesma maneira. Para isso, mobilizam diversas modalidades de educação (formais ou informais) para transformar cada vez mais brasileiros em cidadãos éticos e participativos dentro de suas realidades.

- A importância da criatividade: entendendo que a transformação do Brasil parte dos brasileiros, muitos jovens-ponte elegem como propósito ‘contaminar’ cada vez mais pessoas com ideias transformadoras. Utilizam seu alto potencial criativo e simbólico para encontrar formas inusitadas de disseminar essas mensagens no interior de suas redes e contagiar cada vez mais agentes de mudança.

- A diversidade como valor: muitos jovens-ponte se propõem a preservar e resgatar elementos culturais e naturais da diversidade brasileira para transformá-la em recursos relevantes para o país e para o mundo. Para eles, fortalecer o que é genuinamente brasileiro é o primeiro passo para se ampliar a importância do país no mosaico global de culturas locais.



10

1.7.

A abordagem conceitual: revisando a política para a juventude.

Gostaria de ressaltar a importância de se repensar as configurações atuais sobre política e juventude. Se podemos caracterizar como “uma nova cidadania” ou não, não é a principal questão, mas sim pensar que relações são estabelecidas e por que elas estão sendo criadas. Está evidente que quando examinamos as conclusões da pesquisa, observamos um jovem bem diferente daquele mostrado nas pesquisas anteriores.

O individualismo lateja nesse jovem que, ao desacreditar nas instituições, busca soluções por conta própria para mudar a sua realidade. Dentre os pontos que ressalto está o descrédito com as instituições políticas e suas formas de atuação.

O alargamento da maneira de fazer política envolve não somente as questões coletivas, como também as individuais. Em que medida no mundo globalizado, marcado pelo consumo crescente, formas de cidadania podem ser pensadas,

¹⁰ Disponível em www.sonhobrasileiro.com.br

especificamente dos jovens? O consumo pode ser interpretado como um forte aspecto de identidade e pertencimento. Consumir não estaria sustentando, nutrindo e constituindo uma nova maneira de ser cidadão? Qual é a relação desse jovem brasileiro do século XXI com o espaço público?

A pergunta-chave que norteia a pesquisa é: Quais são e como se distribuem os interesses coletivos e individuais para o jovem brasileiro do século XXI?

A análise será realizada ao longo de quatro capítulos. No primeiro, introduzirei o tema proposto e apresentarei as diretrizes a serem seguidas. No segundo, farei uma análise teórica acerca do conceito de cidadania e suas implicações no Brasil. No terceiro, irei discutir o conceito de consumo aliado ao de cidadania pois parto da hipótese de que o consumo moderno envolve também a ideia de participação e pertencimento nas esferas sociais. No quarto e último, discutirei o conceito de juventude e suas representações sociais.

O aspecto central a ser considerado, embora seja prematuro para afirmações conclusivas, é que o jovem brasileiro possui uma ideia de cidadania “particular”. O consumo calcado nos interesses individuais irá apontar para um jovem preocupado com o coletivo, embora não necessariamente interessado nas instituições políticas, como também focado na carreira com o intuito de melhorar sua situação financeira e aumentar seu poder de consumo.

2

Cidadania e Espaço Público: uma reavaliação necessária

“A existência desse espaço público é condição indispensável para a democracia”. Nessa frase, Hannah Arendt (1999) defende a importância do “pluralismo” no âmbito político e assim permite a inclusão do “outro” para a formação da democracia. A partir dessa frase, abro os flancos necessários para pensar neste capítulo de que maneira esse “pluralismo”, associado a uma heterogeneidade cultural e social, pode ser encarado na esfera política sem ter como eixo central a política institucional de Estado.

Com essa inquietação, a discussão desta dissertação, mais especificamente a abordagem deste capítulo, busca, entre outras questões, observar a relação existente entre a cidadania, a participação política e o espaço público brasileiro no século XXI e sua relação com os jovens.

Nesta primeira parte, irei apresentar as configurações históricas da formação da cidadania, com mudanças nas concepções de direitos e deveres do século XIX por T.H Marshall (1967) e seus desdobramentos no Brasil pelo olhar de José Murilo de Carvalho (1998). Tentarei mostrar dois modelos de percepção da cidadania e repensar essa configuração apresentada.

O primeiro modelo será caracterizado como “histórico-cooptativo” no qual será feito um levantamento sobre as raízes históricas do termo. A segunda parte será caracterizada com o subitem “pertencimento participativo” na qual eu desenvolvo a hipótese de que ser cidadão extrapola as esferas institucionais, penetrando em movimentos sociais e em grupos de interesses distintos espalhados pela sociedade, como a mídia, por exemplo.

Segundo o Dicionário de Ciências Sociais da FGV (1990), o termo cidadania é assim apresentado

Como um estatuto oriundo do relacionamento existente ente uma pessoa natural e uma sociedade política, conhecida como o Estado, pelo qual a pessoa deve a este obediência e a sociedade lhe deve proteção. Esse estatuto, nascido de um relacionamento entre o

indivíduo e o Estado, é determinado pela lei do país e reconhecido pelo direito internacional (1990:177).

O que é ser cidadão no mundo de hoje? O Estado ainda é o grande instrumento para se pensar a política? Quais são as novas relações que podemos identificar ente os jovens e a política?

2.1

A construção da cidadania: um modelo “histórico-cooptativo”

Irei me debruçar inicialmente sobre a análise de T.H. Marshall (1967), na qual será possível discutir o conceito de cidadania a partir do desenvolvimento dos direitos civis (XVIII), políticos (XIX) e sociais (XX). Ao introduzir o conceito de direitos sociais, o autor sustentou que a cidadania só é plena se está sustentada por esses três direitos e interligada, portanto, à condição de classe do cidadão.

A repercussão no Brasil desse trabalho ecoou na análise de José Murilo de Carvalho (1998) que, ao entrelaçar a formação histórica à construção da cidadania no Brasil, reiterou seu caráter desigual.

O ensaio baseado nas conferências de T.H Marshall¹a respeito do problema da desigualdade social tem como ponto de partida o problema da igualdade social sob a ótica econômica. Nesse momento, a questão social – como condição de classe - e o caráter econômico transformaram-se em categorias importantes para uma interlocução madura com a desigualdade social.

O foco do ensaio de Marshall era fazer um diagnóstico sociológico que pudesse mostrar as bases centrais necessárias para capacitar o homem a se tornar um cavalheiro²:*“Poder-se-ia arcar com os custos de oferecer educação universal e eliminar o trabalho excessivo e pesado”* (Marshall, 1967:61). Essa interpretação da relação do homem com a máquina no ambiente de trabalho é a base do sistema desigual desde a sua origem, condenado a uma desigualdade devido à sua ocupação.

¹ Ensaio realizado em *Cambridge Reform Club* de 1873 em homenagem a Alfred Marshall.

² Como “cavalheiro” o autor caracteriza o grupo de homens que conseguem obter condições econômicas e sociais mínimas para a vida aos moldes da sociedade inglesa à época.

Essa intervenção mostra o autor tomando como o padrão de vida civilizada as condições atribuídas a um cavaleiro. A reivindicação de todos para gozar dessas condições é uma exigência para ser admitido na participação da herança social e, assim, serem admitidos como membros completos: cidadãos.

A hipótese central defende que há uma espécie de igualdade humana inteiramente ligada à participação integral como cidadão. Ela é descrita pelo autor por um conjunto de direitos que pode ser considerado como *status* de cidadania. A igualdade básica, quando adicionada aos direitos formais da cidadania, seria compatível com as desigualdades das classes sociais? Marshall (op. cit.) reforça seu argumento dizendo que sim, e defende que elas ainda são compatíveis a tal ponto que a cidadania tem-se tornado uma base legitimadora da desigualdade.

Ele acredita que a tendência moderna caminha em direção à igualdade social, que constitui a mais recente fase de uma evolução da cidadania que vem acontecendo de modo contínuo nos últimos anos.

O autor pretende analisar o conceito de cidadania com base na história passada, em três dimensões: civil, política e social. O direito civil é baseado nos direitos básicos e necessários para a liberdade individual como, por exemplo, a liberdade de ir e vir e o direito à justiça.

Os direitos políticos começaram a se formar no início do século XIX, quando os direitos civis juntamente com o status da liberdade ganharam substância suficiente para adquirir um status geral de cidadania. Ele está ligado ao direito de participar da política ou de ser um eleitor. Já no caso social, podemos relacionar ao mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar da herança social e ter os padrões existentes na sociedade. O sistema educacional e os serviços sociais são elementos básicos para a garantia desse direito.

A história dos direitos civis resultou na formação gradativa de novos direitos a um status já existente. Esse status era essencialmente o status da liberdade, pois na Inglaterra do século XVIII todos os homens eram livres.

O significado dos termos “liberdade” e “cidadania” nas cidades eram idênticos. Com a universalização da liberdade, a cidadania deixou de ser uma instituição local para ser uma instituição nacional.

Enquanto a cidadania na forma de direitos civis já era universal no século XIX, os direitos políticos ainda não estavam incluídos nos direitos de cidadania. Eles eram privilégio de uma classe econômica restrita. Esses limites foram ampliados cada vez

mais pela Lei de Reforma: “Pode-se não obstante, argumentar que a cidadania nesse período, não era vazia de significado político” (Marshall, 1967:70).

Todo cidadão era livre e possuía uma capacidade política para receber remuneração, para adquirir propriedade ou alugar uma casa, para gozar de quaisquer direitos políticos desde que estivessem associados a esses fatos econômicos. Os direitos civis do cidadão o capacitavam para isso e a reforma eleitoral somente contribuiu para o aumento desse uso dos direitos políticos.

No século XIX, a sociedade capitalista tratou os direitos políticos como produtos secundários dos direitos civis. Porém, já no século XX ela os associou de modo direto e independente à cidadania.

Os direitos sociais tiveram sua fonte original com a participação dos indivíduos nas comunidades locais e associações funcionais. Aos poucos essa fonte foi substituída pela *Poor Law* (Lei dos Pobres) e por um sistema de regulamentação de salários. Esse sistema começou a declinar rapidamente no século XVIII – não somente porque a mudança industrial o tornou inviável do ponto de vista administrativo, mas também porque a nova concepção dos direitos civis infringia o princípio individualista do contrato de trabalho livre e do direito do indivíduo trabalhar onde e naquilo que fosse do seu agrado.

O objetivo geral do programa de planejamento econômico era preservar a ordem social existente com mudanças apenas essenciais. À proporção que o padrão da velha ordem social deixou de existir, por causa da economia competitiva, o plano econômico nacional se desintegrou. A *Poor Law* que fazia parte desse plano sobreviveu e dela se originou a ideia dos direitos sociais.

Numa primeira fase, a *Poor Law* ocupou uma posição de destaque na defesa dos direitos sociais da cidadania. Porém, com o tempo, foi se desgastando e oferecendo somente assistência aos incapazes que já não tinham condições de ir à luta devido à idade e à doença. O impacto da cidadania sobre esse sistema estava condenado a ser destrutivo: “A igualdade implícita no conceito de cidadania, embora limitada em conteúdo, minou a desigualdade do sistema de classe, que era, em princípio, uma desigualdade total” (Marshall, 1967:77).

A classe social está presente e se considera o preconceito de classe sobre desigualdade social como necessária e proposital. Ainda segundo o autor, os pobres existem, pois existem os ricos. Eles são relacionais e estão quase que naturalizados nessa relação: “Quanto mais se encara a riqueza como prova conclusiva

de mérito, mais se inclina a considerar a pobreza como prova de fracasso” (Marshall, 1967:78).

No campo dos direitos políticos, encontramos cenário semelhante, pois há também o preconceito de classe (com a intimidação das classes inferiores pelas superiores) que impediu o livre exercício do voto.

Os efeitos da distribuição desigual de renda afetaram também os direitos políticos, pois há a chance de se empregar o poder econômico para influenciar uma eleição. As medidas para reduzir essa influência foram muitas, dentre elas a de 1883 que visava limitar os gastos das eleições.

Como mudar esse cenário? Segundo Marshall (1967), é preciso remover as barreiras para o exercício efetivo dos direitos civis. Segundo o autor, o estabelecimento dos Tribunais dos Condados de 1846 e logo depois o surgimento de uma justiça gratuita, proporcionando uma justiça acessível às classes populares, serviram para mostrar a importância da ação desse sistema para o povo.

O autor reforça que, desde o século XIX, o interesse pela igualdade vem crescendo associado ao princípio de justiça social, mostrando claramente que somente o reconhecimento formal não era suficiente: “Teoricamente, mesmo a remoção completa de todas as barreiras que separavam os direitos civis de seus remédios jurídicos não teria interferido nos princípios ou estrutura de classes do regime capitalista” (Marshall, 1967:83).

A construção da cidadania exige que ocorra um sentimento de participação na formação de uma comunidade baseada no patrimônio comum. O seu desenvolvimento não ocorre somente pelo ato de ser cidadão, mas também pela luta para adquirir tais direitos e para desfrutar deles, uma vez conseguidos.

As classes trabalhadoras estavam satisfeitas na defesa de seus interesses básicos em um mercado livre. Uma das principais características desse sistema está no reconhecimento do direito do dissídio coletivo:

[...] Isso significava que se procurava o progresso social por meio do fortalecimento dos direitos civis e não pelo estabelecimento dos direitos sociais: através do uso do contrato no mercado livre e não pela adoção de um salário mínimo e previdência social (Marshall, 1967:85).

Esses direitos civis foram úteis para esses trabalhadores como instrumento de elevação do status econômico e social para reforçar que eles, como cidadãos, teriam direito a certos direitos sociais.

[...] Mas o método normal de assegurar direitos sociais e o exercício do poder político, pois os direitos sociais pressupõem um direito absoluto a um determinado padrão de civilização que depende apenas do cumprimento das obrigações gerais da cidadania (Marshall, 1967:86).

No final do século XIX, observou-se o primeiro grande avanço no campo dos direitos sociais, o que provocou mudanças no próprio princípio igualitário, como já expresso no conceito de cidadania. Essas mudanças ocorreram devido ao aumento de renda (possibilitando a diminuição da distância econômica entre as classes), ao sistema de impostos diretos e, por final, à produção em massa para o mercado interno - que produziu um crescente interesse da indústria pelas necessidades e gostos das massas: “A diminuição da desigualdade fortaleceu a luta por sua abolição, pelo menos com relação aos elementos essenciais do bem-estar social” (Marshall, 1967:88).

Os direitos sociais têm como foco central a redução das diferenças de classe e assumem, agora, o aspecto de ação modificando o padrão total da desigualdade social: “Já não se contenta mais em elevar o nível do piso do porão do edifício social, deixando a superestrutura como se encontrava antes. Começou a remodelar o edifício inteiro e poderia até acabar transformando um arranha-céu num bangalô” (Marshall, 1967:89).

O autor reforça a ideia de que a ampliação dos serviços gerais não é necessariamente uma maneira de igualar as rendas. O que se torna essencial compreender é que deve haver uma melhoria na vida dessas pessoas.

[...]A igualização não se refere tanto a classes quanto a indivíduos componentes de uma população que é considerada, para essa finalidade, como se fosse uma classe. A igualdade de status é mais importante que a igualdade de renda (Marshall, 1967:95).

A educação passa a ser um exemplo de maneira de distinção entre as classes, em um processo de reificação das estruturas sociais nas quais o autor se aprofunda com exemplos ao longo do texto.

[...]Não há dúvida de que a cidadania impôs modificações no referido sistema de classes. Mas não teríamos razão para admitir que, embora o status seja um princípio que esteja em conflito com o contrato, o sistema de status estratificado está penetrando a cidadania seja um elemento estranho no mundo econômico externo. Os direitos sociais, em sua forma

moderna, implicam uma invasão do contrato pelo status, na subordinação do preço de mercado à justiça social, na substituição da barganha livre por uma declaração de direitos (Marshall, 1967:103).

A pesquisa feita por ele buscou demonstrar a maneira pela qual a cidadania tem alterado o padrão de desigualdade social. Entender essa relação é de suma importância, tendo em vista a construção das distinções de classe dentro da sociedade.

As desigualdades só podem ser aceitas numa sociedade fundamentalmente igualitária que não crie incentivos e nem dê origem a descontentamentos. Certo tipo de desigualdade só é justificável se for numa sociedade dinâmica que ofereça estímulo para a mudança e a melhoria.

Concluindo a análise de Marshall (1967), as desigualdades permitidas, e mesmo moldadas pela cidadania, não funcionarão num sentido econômico como forças influenciando a livre distribuição de mão-de-obra. Ele ressalta que a estratificação social deixa de ser um fenômeno normal e passa a ser um comportamento desviante presente em nossa sociedade.

Para José Murilo de Carvalho (1992), as reflexões de T.H. Marshall (1967) forneceram uma base para explorar a formação da cidadania no Brasil. O autor explora essa formação e suas peculiaridades a partir da luta em um país que, ao possuir historicamente uma formação cidadã ligada ao Estado, teve esse como um instrutor de direitos formando, segundo o autor, o conceito de “Estadania”.

Esse argumento também está presente na obra de Roberto DaMatta (1992) que, ao caracterizar a sociedade brasileira como possuidora de uma cultura hierárquica com uma base distintiva muito forte, afirma que o argumento “você sabe com quem está falando?” demonstra claramente a afirmação da posição social, afirmando que o conceito de igualdade não é real.

Reforçando a análise acerca da construção da cidadania pelo Estado, Carvalho (1998) explica que em nosso país os direitos políticos, por exemplo, estão sendo aplicados de forma constante e atingindo de maneira satisfatória a grande maioria da população: “Os mecanismos da democracia funcionam normalmente. Nossa política é formalmente democrática” (p. 34). Mesmo tendo essa formalidade, a democracia ainda se mantém como uma instituição fraca frente a problemas estruturais ainda não resolvidos. Por que essa relação se estabelece? Como a cidadania é formada no Brasil?

O autor sugere o maior desenvolvimento dos direitos políticos em relação aos civis. Os direitos políticos devem ser compreendidos como o de votar, ser votado e o

direito de organizar partidos políticos e fazer demonstrações e reivindicações políticas. Os direitos civis encabeçam a igualdade perante a lei, a liberdade e a propriedade.

José Murilo de Carvalho (1998) ao analisar a formação da cidadania na Inglaterra observou a evolução dos direitos:

[...]Marshall diz que em um dos países em que se gerou a moderna democracia, a Inglaterra, esses direitos surgiram sequencialmente. Em primeiro lugar, vieram os direitos civis. Com base na posse dos direitos civis, foram reivindicados os direitos políticos. Finalmente, conquistados os direitos políticos e, graças a eles, conseguida participação no poder, foram implantados os direitos sociais (Carvalho, 1998:34).

Essa tese se aplica ao modelo inglês. Quando voltamos para a construção da cidadania no Brasil, Carvalho caracteriza como de “ordem inversa”, pois, entre nós, não houve uma construção pela própria população, mas foi construída de “cima para baixo” tendo início na Constituição Imperial de 1824, na qual os direitos civis e políticos foram registrados exatamente como apareciam nas constituições europeias.

[...]A transição que estava muito distante da longa luta empreendida pelos ingleses e da dramática experiência da Revolução Francesa. A pressão popular pelo direito de voto, por exemplo, foi quase inexistente no Brasil (Carvalho, 1998:35).

A expansão do voto no Brasil ocorreu a partir de reformas constitucionais em 1934 e 1988. Essa fragilidade que mostra seu desenrolar até os dias de hoje acaba tendo uma grande expressão nas práticas diárias da democracia como a corrupção, por exemplo.

[...] Saímos da ditadura para a democracia e isto em nada parece ter afetado o comportamento de pessoas e instituições no que se refere ao respeito pelo dinheiro público e à impunidade dos criminosos (Carvalho, 1998:36).

Em se tratando da relação da sociedade com o Estado, o autor reafirma ser de suma importância perceber que essas frustrações que vemos todos os dias nos noticiários sobre o assunto reafirmam que esse é sim um fenômeno sociológico, pois está relacionado aos traços culturais da nossa cultura cívica:

[...] Se o exercício dos direitos políticos, se os mecanismos democráticos de governo aparentemente não funcionam no sentido de representarem os interesses mais prementes da população, de possibilitarem a solução dos problemas mais dramáticos do povo, gera-se o desencanto com as próprias instituições democráticas, gera-se o que todas as pesquisas de opinião revelam: a baixa estima popular por essas instituições, pelos partidos políticos, pelo congresso e pelos responsáveis por sua operação, os políticos. Gera-se, no

final de contas, o desencanto com o sistema político e com o próprio país (Carvalho, 1998:37).

A ausência dessa cultura cívica seria, portanto, o que comprometeria o exercício dos direitos políticos. A precariedade do desenvolvimento dos direitos civis é sem dúvida uma das bases sobre a qual os direitos políticos deveriam se solidificar.

Para Carvalho (1998), a solução para essa situação de “infantilidade democrática” estaria nas discussões sobre reformas, inclusive constitucionais, na tentativa de fortalecimento e garantia dos direitos civis. Essa tentativa estaria ligada principalmente à reforma do sistema judiciário. A maioria dos brasileiros não tem acesso à justiça da maneira como ela está prescrita.

Sem a garantia das leis civis, é ilusória a cidadania civil, é ilusória a esperança no fortalecimento da independência pessoal, é ilusória a expectativa do desenvolvimento de um forte sentimento de lealdade nacional (Carvalho, 1998:39).

A lentidão do processo de formação desse cidadão, que luta pelos seus direitos, tem algumas razões. Entre elas, sugere o autor, esse processo constituiria uma peça incômoda e reivindicadora, não interessando a muitos.

Por último, parafraseando uma frase de Euclides da Cunha, Carvalho (1998) reforça a importância da cidadania no processo de construção da nossa democracia: “Estamos condenados à democracia. Ou nos democratizamos ou desaparecemos” (p. 39).

Em outro texto, Carvalho (2006) exemplifica o que para ele representa a “inversão dos direitos”. A célebre frase, consagrada nas Ciências Sociais brasileiras sobre o tema, é a seguinte: “A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça pra baixo” (Carvalho, 2006:220). Ao estudar o caso brasileiro o autor confere resposta à percepção de Marshall, mas reafirma a necessidade de se observar as similitudes e diferenças, a partir das características brasileiras e de sua formação histórica da cidadania.

Entre as consequências desse processo no Brasil, Carvalho (2006) nota a excessiva valorização do Poder Executivo devido à tradição portuguesa de valorização do Estado.

A forte presença da cultura corporativista no Brasil favoreceu segundo Carvalho (2006), a distribuição dos benefícios por categorias, protegendo, assim, os grupos mais fortes na luta por seus interesses sociais: “A ausência de uma ampla organização

autônoma da sociedade faz com que os interesses corporativos consigam prevalecer”(Carvalho,2006:223).

As trocas clientelísticas também se tornaram costumeiras na realidade política brasileira. Carvalho (1998) denomina de “esquizofrenia política” a relação na qual os eleitores desprezam os políticos, mas continuam votando neles na esperança de benefícios sociais.

As mudanças internacionais produzem, segundo Carvalho (2006), novas perspectivas acerca da cidadania, tendo em vista novos paradigmas que foram surgindo. O foco das mudanças, para o autor, está em dois pontos: “a redução do papel central do Estado como fonte de direitos e como arena de participação, e o deslocamento da nação como principal fonte de identidade coletiva” (p. 225). A crise na Europa e o avanço do desemprego estrutural reforçam o poder liberal e sua importância no mercado autorregulador: “Nessa visão, o cidadão se torna cada vez mais um consumidor, afastado de preocupações com a política e com os problemas coletivos (Carvalho, 2006:226).

No Brasil essas mudanças chegaram e provocaram inquietações. Carvalho questiona como enfrentar esse novo desafio no caso brasileiro. A necessidade de ênfase na organização da sociedade reforçou, portanto, a supremacia do Estado:“Se há algo importante a fazer, em termos de consolidação democrática, é reforçar a organização da sociedade para dar embasamento social ao político, isto é, democratizar o poder” (Carvalho, 2006: 227).

O sintoma perturbador oriundo das mudanças liberais está no desenvolvimento da cultura do consumo entre a população, inclusive a mais excluída. Na longa passagem descrita pelo autor está claro seu questionamento acerca da necessidade de pensar do que se trata o direito ao consumo em detrimento do que ele considera como sendo direito de consumir:

[...] A invasão pacífica de um *Shopping Center* de classe média no Rio de Janeiro por um grupo de sem teto. A invasão teve o mérito de denunciar de maneira dramática os dois brasis, o dos ricos e o dos pobres. Os ricos se misturavam com os turistas estrangeiros, mas estavam a léguas de distância de seus patrícios pobres. Mas ela também revelou a perversidade do consumismo. Os sem teto reivindicaram o direito de consumir. Não queriam ser cidadãos, mas consumidores. Ou melhor, a cidadania que reivindicavam era a do direito do consumo, era a cidadania pregada pelos novos liberais. Se o direito de comprar um telefone celular, um tênis, um relógio da moda consegue silenciar ou prevenir entre os excluídos a militância política, o tradicional direito político, as perspectivas de avanço democrático se veem diminuídas. As duas experiências favorecem a cultura do consumo e dificultam o desatamento do nó que torna tão lenta a marcha da cidadania entre nós. Qual seja, a incapacidade do sistema representativo de produzir resultados que impliquem na redução da desigualdade e o fim da divisão dos brasileiros em castas separadas pela educação, pela renda, pela cor. (Carvalho, 2006: 229)

Para José Murilo de Carvalho (1998), o direito de participar do consumo está atrelado ao envolvimento desse sujeito social à prática cidadã. Nessa passagem, fica claro o entendimento do autor de que a prática do consumo seria de certa forma um problema para a prática cidadã.

Quando se discute essa relação da cidadania com o espaço público, encontramos em Telles (1990), e sua leitura de Hannah Arendt, um diagnóstico certo sobre as percepções de Arendt sobre espaço público e a formação da democracia.

A noção de espaço público se determina por referência a uma experiência na qual os homens perderam a noção de “mundo humano” como medida em suas vidas, dissolvendo a noção de liberdade pública enquanto forma de sociabilidade política.

Essa questão é importante, pois levanta subsídios para o que a autora denomina ser a “fragilidade dos negócios humanos” que explicita essa experiência de uma sociedade e sua entrada na modernidade: “uma sociedade na qual os homens são obrigados a enfrentar os problemas da convivência humana sem as garantias que, antes, a religião e a tradição podiam oferecer” (Telles, 1990:2).

A ausência dessa tradição fornece, portanto, uma perda de credibilidade no mundo moderno e, ao mesmo tempo, segundo Arendt, a perda da autoridade que o passado tinha para com os homens e na qual sempre se apoiaram e hoje terão que se confrontar com os problemas elementares da convivência humana “sem a confiança religiosa em um começo sagrado e sem a proteção de padrões de conduta tradicionais e, portanto, auto-evidentes” (Arendt, 1979 apud Telles, 1990:2).

Os critérios de verdade, de justiça e de legitimidade são construídos na experiência intersubjetiva que os homens fazem da realidade do mundo. E é por isso que dependem do senso comum, que ela define como um ‘sexto sentido’ que permite a cada um comunicar-se com todos os demais e fazer a experiência da pluralidade humana, a partir da qual opinião e julgamento se constituem (Telles, 1990:2).

A ruptura com a tradição é, sem dúvida, a matriz de seus argumentos. Aí está a base do que ela denomina ser:

Fragilidade dos negócios humanos” consequência das experiências das sociedades modernas. Nesse momento algumas questões acabam se destacando em torno da noção de espaço público enquanto “espaço significativo no qual a ação e o discurso de cada um podem ganhar sentido na construção de um “mundo comum (Telles, 1990:4).

A dissolução do espaço público significa a perda de um “mundo comum” que articula os homens a um momento de comunicação, opiniões e julgamentos. Sem esse espaço, o sentido de “senso comum” também acaba. Nessa passagem fica clara a importância atribuída ao processo histórico totalitário no pensamento de Hannah Arendt: “a figura histórica que sintetiza essa perda, explicitando ao mesmo tempo seu sentido político, são as massas que acreditaram e se deixaram mobilizar pela propaganda totalitária” (Telles, 1999:4). Nesse sentido, a perda de espaço público significa a ausência de um ambiente em que ocorre a experiência social, atribuindo, portanto, sentido a uma história comum.

[...] Finalmente, a perda do espaço público significa, agora num registro explicitamente político, a perda de um espaço reconhecido de ação e opinião, o que significa dizer, a perda da liberdade que exige, para sua efetivação, um espaço politicamente organizado (Telles, 1999:4).

Há três registros em que a noção de espaço público se define. No primeiro destaca-se a noção do espaço público como o do aparecimento e o da visibilidade: “tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos”. O conceito explicita que a visibilidade pública constrói a realidade e, portanto, é vista e ouvida por quem a constitui e, assim, sai da vida íntima e privada.

O mundo comum articula os indivíduos em torno daquilo que para eles se estabelece como interesse comum. Esse “mundo comum” é uma construção humana. A pluralidade esbarra no senso comum. O mundo da pluralidade exige um espaço que se forma transcendendo a vida pessoal de cada um – essa é a definição da faculdade política para Hannah Arendt- pois na medida em que é possível ver as coisas não somente pelo seu próprio ponto de vista, é permitido aos homens se orientarem no domínio público. A perda do espaço público significará a perda dessa relação entre os outros homens e, com isso, a perda de uma noção de realidade.

Essa perda do mundo gera um indivíduo desinteressado e desprovido de responsabilidades – são os indivíduos que se tornaram supérfluos, e foi justamente aí que a autora ressaltou ser o ápice da passagem totalitária. Caso essa esfera pública não fosse projetada, os homens poderiam impor ao mundo suas vontades e seus anseios pelo uso da violência. Reivindicariam o direito a se impor na sociedade, direito que não faz referência a uma esfera pública de pertencimento: “Esta é a lógica da violência que, na interpretação de Hannah Arendt, destrói a esfera da interação humana.” (Telles, 1990:5).

A perda do espaço público significa o desmembrar do senso comum, afetando também o ponto de vista da experiência que as pessoas têm da vida em sociedade. O termo utilizado pela autora é o isolamento, sendo essa a melhor maneira de explicar a perda de espaço que articula os homens em um mundo compartilhado de significados e significantes.

A especificidade é construída pelo discurso e pela ação com a palavra. A ação e o discurso estão vinculados à pluralidade humana. Sem um âmbito público politicamente assegurado, falta à liberdade o espaço exato para se configurar um local público. A liberdade e a política nesse caso estão relacionadas de forma intrínseca.

A noção de espaço público faz referência à “comunidade politicamente organizada”, uma interação política na qual a lei se torna a base que sustenta essa relação. Essa interação política baseada na lei constrói para Arendt as condições para a igualdade, “entendida enquanto isonomia, e que se qualifica no direito comum à ação e à opinião, o que significa dizer, no reconhecimento do direito de cada um e de todos à participação na vida pública” (Telles, 1990:6). A noção de direitos não diz respeito às necessidades ou aos interesses, mas sim a uma forma de sociabilidade política. Por isso, o direito só pode existir no exercício concreto dos direitos.

Ter direitos para a autora significa “pertencer a uma comunidade política na qual as ações e opiniões de cada um encontram lugar na condução dos negócios humanos (...) ter direitos a ter direitos” (Telles, 1990:6). Perder o espaço público significaria a perda dessa condição de igualdade que somente a liberdade pública pode permitir: “Não nascemos iguais, nos tornamos iguais, como membros de um grupo, por força de nossa decisão de nos concedermos mutuamente direitos iguais” (Arendt, 1974:380 apud Telles, 1990:6).

O trabalho e a ação são para a autora dimensões essenciais da condição humana. Cada atividade deve se realizar em sua esfera de atuação, mas o problema é que esses lugares se confundem, e assim se transformam em um problema das sociedades modernas:

O moderno primado do trabalho significa que os imperativos da necessidade invadiram a esfera pública de tal forma, que esta terminou por se desfigurar, transformando-se numa vasta administração técnica e burocrática que existe apenas em função da economia (Telles, 1990:7).

É a isso que ela se refere quando discute o que entende como “ascensão do social”. Trata-se, portanto, de uma sociedade que considera tudo o que é feito essencialmente como modo de garantir a vida. Nesse sentido, quando analisamos as necessidades, são atividades que ficam em torno da sobrevivência enquanto consumo (labor).

Desta forma, a política, para Arendt, qualifica-se como algo que não necessariamente pode ser compreendido a partir do Estado, qualificando-se, por isso, como uma forma de sociabilidade que depende da maneira pela qual a sociedade se institui enquanto espaço e cria suas próprias normas.

A partir dessa observação de Arendt, reforço os argumentos em que observo uma mudança de paradigmas em relação às considerações da autora sobre espaço público.

Para Arendt, a coisa pública transcende as questões atribuídas ao Estado, devendo ser considerada como novas maneiras de participar do coletivo, sem viver no isolamento. Esse indivíduo desorientado também acaba passando por um processo de redescoberta e ressignificações que envolvem novas perspectivas. No caso brasileiro, saliento a fase após a constituição de 1988 e a formação da democracia. Na próxima passagem, irei apresentar novos significados para esse dilema moderno.

2.2

Cidadania e seus novos rumos: pertencimento participativo

Longe de caracterizar a participação hoje como algo caótico e sem sentido, reforço meus argumentos com caminhos para outras análises sobre o caso. Utilizo uma literatura que possui em comum uma linha argumentativa semelhante: alternativas para a participação.

Os desdobramentos da relação entre Estado e sociedade são argumentos de Dagnino (1998) que vão impulsionar a discussão presente entre cultura e política, e, com isso, apontar novas direções do processo de democratização.

A autora apresenta as tendências sobre a relação entre cultura e política, caminhando desde as percepções marxistas, passando por Gramsci e chegando até as mais atuais.

[...]Vou sugerir que a ênfase na transformação cultural como elemento da estratégia dos movimentos sociais não está confinada à sociedade civil como um lugar privilegiado da política, mas estende-se também ao Estado e à institucionalidade política (Dagnino,1998:62).

Aliado a um amplo processo de renovação política, os anos 70 marcaram a transformação das concepções da esquerda na América Latina, e, a partir disso, novas formas de percepção de relações entre cultura e política foram pensadas. Essa análise é a que convoca para a formação dessa parte do trabalho à medida que essas novas construções acerca da participação ganharam potência no período da redemocracia. O determinismo econômico, a concepção da classe operária como sujeito privilegiado da história e a noção de revolução foram questões importantes submetidas à revisão, que vieram redesenhar novas configurações e arranjos para uma nova realidade política. Grupos de esquerda puderam reavaliar suas concepções acerca do que pode e deve ser observado como possibilidades de política nesse período.

A relação entre cultura e política não foi uma questão fundamentalmente focada somente na esquerda, pois ela sempre tinha um papel de coadjuvante nessa relação. A renovação ocorreu de forma a identificar uma transformação substancial na forma de pensar essa relação, deixando de colocar a questão cultural como inferior à política. Essa transformação, segundo Dagnino, é a chave de percepção de uma renovação da esquerda.

Esse processo de ruptura e renovação da relação entre política e cultura projetada pela esquerda proporcionou uma ruptura com os preceitos estáticos que o marxismo tradicional pregava, e possibilitou um novo olhar sobre a cultura - ampliando, assim, sua perspectiva em relação ao seu papel como agente de transformação social.

O papel dos movimentos sociais foi fundamental para esse processo de renovação teórica que veio essencialmente de suas lutas ao longo dos anos. A questão cultural passou a ser um imperativo de mudança e, hoje, é vista com um novo olhar. Se antes ela era entendida como uma forma de alienação, de uma falsa consciência, e repleta de ideologia da classe dominante, hoje ela passa a ser um instrumento necessário, repleto de significantes e significados.

Nessa passagem, a autora deixa clara essa análise:

[...]A cultura foi aprisionada na negatividade no sentido de que as ideias, e a própria cultura, eram consideradas predominantemente como obstáculos à transformação social, que deveriam então ser eliminados nas massas e substituídos pelo “conhecimento

verdadeiro”, pela “consciência de classe”, por meio das ações iluminadas de seus verdadeiros portadores: os intelectuais, a vanguarda, o partido. (Dagnino, 1998: 64).

Sob forte influência do estruturalismo marxista, o Estado era percebido como o local de condensação das relações de poder e o lugar específico da dominação na sociedade, portanto, esse seria o lugar da verdadeira luta política: “Examinar as relações entre cultura e política nesses termos implicava uma análise do uso da cultura como instrumento de dominação” (Dagnino, 1998:65).

A contribuição de Gramsci para a reavaliação da relação da esquerda com as novas questões é fundamental para o desenvolvimento do tema, especialmente na América Latina nos anos 70, segundo Dagnino (1998). O discurso gramsciano trouxe uma discussão inovadora dentro da esquerda e possibilitou pensar alternativas ao marxismo tradicional.

[...] A base para o impacto inovador do pensamento gramsciano encontra-se em sua crítica poderosa ao reducionismo econômico. Essa crítica afirma uma imbricação profunda entre cultura, política e economia e estabelece uma equivalência entre forças materiais e elementos culturais dentro de uma visão integrada da sociedade como um todo (Dagnino, 1998:66).

A partir do conceito de hegemonia pode-se pensar uma nova maneira de pensar a transformação na sociedade.

[...] A dimensão cultural é crucial para o progresso hegemônico por dois motivos fundamentais. Primeiro, ela requer, num sentido muito forte, o que Gramsci chamou de reforma intelectual e moral. Em segundo lugar, e, mais importante (embora nem sempre reconhecido ou devidamente enfatizado), é no terreno da cultura que é produzido – ou não - o consentimento ativo, o modo específico de operação da hegemonia, que define o conceito e o distingue da dominação. Portanto, é por meio do conceito de hegemonia que Gramsci formula uma nova maneira de pensar a relação entre cultura e política, na qual a primeira se torna radicalmente constitutiva da segunda (Dagnino,1998:67).

Após essa revisão da esquerda e a necessidade da compreensão de novos processos políticos que passam pela influência de Antonio Gramsci, pensador italiano do início do século XX, foram delimitadas novas configurações de projetos para a sociedade: “A relação com as massas, as formas de organização, a caracterização dos sujeitos políticos, o papel do Estado e a própria concepção de política forma objeto de debate e revisão” (Dagnino, 1998:69).

Com o intuito de compreender essa nova configuração ficou claro que não se pode privilegiar somente o Estado e por isso minimizar a sociedade civil como um terreno da luta política: “No mesmo sentido, definir a sociedade civil como arena da luta

política pela hegemonia significa necessariamente reconhecer sua natureza contraditória e heterogênea e recusar sua mistificação como pólo virtuoso contra um Estado diabólico.” (Dagnino, 1998:73).

O surgimento de movimentos sociais, expressando uma pluralidade de interesses, foi essencial para repensar os sujeitos políticos: “A hegemonia, enquanto processo de articulação dos diferentes interesses necessários para construir uma “vontade coletiva” e alcançar um consentimento ativo, é ela mesma um processo de constituição de sujeitos (Dagnino,1998:73). A formação dessa hegemonia a partir de diferentes sujeitos permite a construção de suas identidades coletivas.

A crítica de Gramsci ao reducionismo econômico e essa visão da hegemonia como o terreno de constituição de sujeitos políticos possibilitou uma nova maneira de tratar os movimentos sociais emergentes.

A nova percepção do significado político da cultura e sua consequência na política aconteceram por conta dessa mudança de percepção acerca do que se entende da própria política. Essas mudanças estão de acordo com a tendência global devido à formação de processos de democratização.

O ponto de destaque da autora a respeito da democracia reafirma seu argumento em relação a buscar projetos alternativos de democracia. Essa mudança partiu essencialmente dos movimentos sociais que desde os anos 70 deram início ao processo de luta política contra o sistema militar.

[...]O que está fundamentalmente em disputa são os parâmetros da democracia, as próprias fronteiras do que deve ser definido como a arena política: seus participantes, instituições, processos, agenda e campo de ação (Dagnino, 1998:79).

Mesmo com a presença forte dos movimentos sociais, esse período de transição do período ditatorial ao democrático foi discutido entre os especialistas tendo em vista a real importância desse fenômeno para a consolidação da democracia. Ao promover essa discussão, muitos criticavam a dimensão institucional do processo democrático e deixavam de observar a amplitude da questão democrática sob outra ótica: a dos movimentos sociais.

Dagnino (1998) reafirma que essas críticas não conseguem observar a existência da disputa entre as diferentes concepções de alternativas para a democracia. A importância institucional não deve ser descartada, pois o que se leva em consideração

nesse momento é que outras dimensões, historicamente excluídas, também fazem parte do sistema.

O destaque central está nesta afirmação:

Os movimentos sociais no Brasil contribuíram para dar novo significado às relações entre cultura e política em suas lutas pela democratização. Há pontos claros de confluência entre os principais processos de renovação da esquerda e as direções políticas indicadas pelas lutas dos movimentos sociais. De fato, essa confluência resulta do entrelaçamento de influências que ocorre dentro de um campo ético-político comum (Dagnino, 1998:80).

O ponto de destaque de toda essa relação entre democracia, instituições políticas e movimento social é a extensão da democracia a toda sociedade:

[...]Mais do que a democratização do regime político, é a democratização da sociedade como um todo, incluindo, portanto, as práticas culturais encarnadas em relações sociais de exclusão e desigualdade (Dagnino, 1998:81).

É importante ressaltar que os movimentos sociais não devem ser encarados como atores sociais homogêneos, mas sim, como sujeitos políticos heterogêneos e, portanto, de ampla diversidade. Uma análise distinta da prática da política cultural dos movimentos sociais só busca reafirmar o que a autora destaca nesta passagem:

[...]Enfatizar as implicações culturais significa reconhecer a capacidade dos movimentos sociais de produzir novas visões de uma sociedade democrática, na medida em que eles identificam a ordem social existente como limitadora e excludente com relação a seus valores e interesses (Dagnino, 1998:81).

Essas constatações devem ser vistas como esforços para redefinir o significado e os limites da própria política. Os movimentos populares precisam perceber que não devem lutar apenas pelos seus direitos sociais, mas também pelo próprio direito a ter direitos. Nesse sentido, fica claro que a autora reforça que a luta por direitos envolve uma luta contra uma cultura difusa de autoritarismo social.

Os movimentos sociais na década de 80 apresentaram uma mudança de percepção sobre seus direitos. A percepção da necessidade das carências sociais como direitos foi decisivo para se tornar um ponto de luta. Movimentos como o das mulheres, negros e homossexuais encontraram um forte apoio na noção redefinida de cidadania: “Uma parte significativa dessa experiência comum foi constituída pela elaboração de novas identidades como sujeitos, como portadores de direitos, como cidadãos iguais” (Dagnino, 1998:83).

Essa nova reflexão acerca dos direitos possibilitou uma ruptura com as estratégias até então dominantes nas relações políticas, como o clientelismo, a troca e a subordinação. Essas estratégias representam uma concepção oligárquica de política provocando a manutenção do sistema hierárquico.

A partir dos anos 90, com a mudança na percepção acerca do significado da cidadania, repensar a concepção de cidadania tendo como base o laço entre cultura e política é, sem dúvida, através de outro olhar: observar outros elementos do sistema contemporâneo e moderno, como os sujeitos sociais, bem como a ampliação do espaço da política e a observação da transformação cultural como elemento presente na construção da democracia.

Nesta passagem a autora esclarece o que ela entende como “política cultural”:

[...]Aqui, utilizamos “política cultural” para chamar a atenção para o laço constitutivo entre cultura e política e para a redefinição de política que essa visão implica. Esse laço constitutivo significa que a cultura, entendida como concepção do mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas (Dagnino, 1998:85).

A autora reforça alguns pontos de destaque de seu argumento sobre a concepção da “nova cidadania”. Ela assume uma redefinição da ideia de direitos. Seu ponto de partida é compreender a noção de um “direito a ter direitos”. Não é uma concepção essencialmente restrita às limitações legais ou até na própria efetivação dos direitos formais abstratos. Inclui, portanto, a invenção de novos direitos que surgem de lutas específicas e de suas práticas do dia-a-dia.

A respeito dessa percepção acerca do “direito a ter direitos”, reforça a ideia de que esta nova cidadania não está vinculada a uma estratégia de Estado e de incorporação gradual dos setores excluídos. A nova cidadania está aliada, para o autor, à constituição de sujeitos sociais ativos (agentes políticos), definindo o que consideram seus direitos e lutando para o reconhecimento de todos eles. Nesse sentido, passa a ser uma estratégia dos não-cidadãos e excluídos.

O que importa nessa concepção de cidadania é o direito de definir e participar de uma nova sociedade. O exemplo da autora é o caso das manifestações que estão ocorrendo em cidades governadas pelo Partido dos Trabalhadores. Nessas cidades, os setores populares abriram espaço para o controle do Estado mediante a participação efetiva dos cidadãos. O conselho do orçamento participativo de Porto Alegre de 1989 é um exemplo dessa experiência alternativa.

Esses espaços de luta política reforçam a construção da cidadania etambém contribuem para a existência de cidadãos-sujeitos e de uma cultura que permite a co-participação: “Ademais, esse tipo de experiência contribui para a criação de espaços públicos onde os interesses comuns e privados, as especificidades e as diferenças podem ser expostas, discutidos e negociados.” (Dagnino, 1998:88).

Ao formular uma visão ampliada de democracia e percebê-la como instrumento de luta pela cidadania, os movimentos sociais transmitem uma visão alternativa do que pode ser considerado político em nossa sociedade, fugindo à lógica reducionista da própria política: “Ao politizar o que não é concebido como privado e individual, eles desafiam a arena política a alargar seus limites e ampliar sua agenda” (Dagnino, 1998:95).

O aspecto central a ser considerado é o real conflito entre participação e direitos. Essa última passagem destacada da Dagnino (1998), ao mostrar a necessidade de desafiar a arena política e ampliar seus limites, reforça meu ponto que é o norteador deste trabalho.

Segundo Ribeiro (2004), a inquietação acerca da participação atinge diretamente os jovens e nos provoca com uma afirmação no mínimo interessante que faz parte do título deste trabalho: “hoje a juventude está em alta e a política, em baixa” (p. 19). Segundo o autor, de forma contraditória, com o aumento das liberdades e o fim das ditaduras, a política passou a ser algo que passa despercebida pelas pessoas, como algo que não leva a lugar nenhum.

A palavra política foi assumindo os mesmos traços que definem a democracia:

De uns dez ou quinze anos para cá, não e só que a política se caracterize cada vez mais pela palavra e pelo consentimento: é que aumentem os requisitos para ambos. Com isso, a distinção entre a política e a democracia se esfuma (Ribeiro, 2004:21).

A consequência desse processo está na diminuição da credibilidade dos regimes não-democráticos que se definem apenas como regimes de força - esses poderes não-democráticos são também pouco políticos.

Segundo o autor, ao mesmo tempo em que a política se encontra com a democracia, um grande número de pessoas desfruta de liberdades básicas, e, com isso, a política perde o prestígio. Nesse sentido, é essencial pensarmos essa relação com os jovens no Brasil. A imagem da política e do político, ao se consagrarem de forma negativa, abriram caminho para outra forma de participação cívica que não necessariamente envolve as instituições políticas brasileiras.

Segundo Ribeiro (2004), desde a metade do século XX, os jovens são disputados por dois alicerces importantes: a ideia de revolução (que está interligada a ícones como Guevara e Mao Tsé-Tung) e a publicidade que coloca os jovens como principal-alvo dos anúncios e das propagandas: “Hoje, mesmo matéria publicitária destinada a gente com mais dinheiro, mais estabilizada na vida, procura seduzir o seu público fazendo-o de jovem” (p. 24).

O autor cita o cineasta Godard em seu filme “Made in USA” (França, 1966) ao caracterizar os jovens parisienses dos anos 1960 de “filhos de Marx e de Coca-Cola”. Nesse sentido, o autor reforça que não podemos opor as categorias do consumo e da política: “Se parece ter havido uma vitória do consumo sobre a política da esquerda revolucionária, o fato é que temos hoje uma nova figura para dar conta desse conjunto de rebelião e dispêndio, que é a adolescência” (Ribeiro, 2004:25).

A publicidade vende a eterna juventude e o desejo é relacionado a pessoas jovens, com boa saúde e altamente sexuadas. A questão trabalhada pelo autor reforça que a adolescência se tornou um paradigma que aflige os que não são adolescentes.

O ponto na relação entre essa liberdade com o mínimo de responsabilidades está no constituir um ideal social.

[...]A ideia de liberdade pessoal, em nossa sociedade está cada vez mais marcada por valores que associamos à mocidade. O corpo bem cuidado, a saúde, a liberdade até mesmo de desfazer relacionamentos, a possibilidade de sucessivos recomeços afetivos e profissionais: tudo isso tem a ver com uma conversão do humano em jovem (Ribeiro, 2004:27).

Esse ideal de juventude deixa claro o que a nossa sociedade valoriza. Nesse sentido, o autor repensa a ligação entre política e juventude. De onde vem o sangue novo para a política? O autor é enfático em dizer que hoje a política se faz fora dela. Duas fontes são essenciais: os movimentos sociais e a indignação ética. Quando o autor se debruça sobre os movimentos sociais, ele afirma a necessidade de se debruçar sobre a indignação ética, pois certos valores acabaram sendo introduzidos na política.

Pensar a forma pela qual a política precisa se alimentar de sangue novo e as possibilidades que antes não eram pensadas nem politizadas. Como exemplo, podemos citar a ecologia, pois é uma a indignação moral que significa se preocupar com algo maior e que envolva a redefinição de direitos.

Essa indignação moral tem a juventude como forte base ao possibilitar uma nova perspectiva para a política, e, assim, sua renovação. A crise na política é grave e seu desafio está em justamente repensar essa relação.

[...] Pois o desafio atual para a política é justamente o de construir a liberdade contra a necessidade, e o discurso dominante, econômico, chamado geralmente de neoliberal por seus detratores, é em larga medida o da necessidade (Ribeiro, 2004:31).

O autor é enfático em dizer a importância da mudança dessa relação com a política.

[...] Porque se isso não acontece, a política, com todos os potenciais democráticos que anteriormente descrevemos e que ela hoje tem se desmoraliza. Fica um enorme descompasso entre os meios com que conta e os fins que deve promover. Seus meios: uma liberdade de expressão e de organização inédita na história. Seus fins: melhorar a vida das pessoas e não só do ponto de vista material. Se os fins não estão decorrendo dos meios, a falta de conexão entre uns e outros tem de ser resolvida. Fazê-lo é a grande tarefa política hoje (Ribeiro, 2004:31).

Como fazer dessa energia algo interessante para a sociedade? Essa é a questão central do autor no texto que provoca, além disso, uma inquietação acerca da necessidade de se observar nesses jovens questões além da própria energia inerente à idade: “Como fazer para que tanta energia juvenil gere resultados que não se apaguem, simplesmente, com o tempo, com a passagem a idade adulta, mas que perdurem?” (Ribeiro, 2004:33).

Essa questão é essencial e demonstra caminhos possíveis para uma nova percepção de cidadania.

Ao discutir cidadania, busquei ressaltar outra corrente, a partir da qual, ao analisar esse processo, novas alternativas fossem propostas para pensar a participação cidadã frente às lutas políticas e aos movimentos sociais que vão se desenvolver ao longo do período de redemocratização.

Ainda é prematuro falarmos sobre uma democracia madura, tendo em vista sua configuração recente: ainda não temos trinta anos do novo período e suas manifestações plurais estão surgindo. O consumo é uma chave interpretativa interessante que intercala com o tema. O próximo capítulo será para desmembrar esses caminhos e direcionar suas perspectivas.

3

Cidadania e Consumo: ser cidadão é ser consumidor?

A premissa básica a ser abordada neste capítulo é a de que devemos encarar o consumo moderno como um valor social. Esse valor está repleto de significantes no mundo de hoje, principalmente – no recorte que será feito com os jovens – interligado ao pertencimento a um determinado grupo social.

Ao observar o consumo como um elemento agregador - em contrapartida a outras interpretações que associavam o consumo a um elemento essencial que provocaria uma forma de “desagregação” das relações pessoais¹ -, investigarei as relações presentes entre os jovens da pesquisa e seus anseios ligados a interesses coletivos e particulares.

Neste capítulo aprofundarei o debate sobre consumo e cidadania. O recorte acerca da cidadania reflete uma relação complexa que envolve a ideia de pertencimento que não necessariamente está ligado aos ideais de esfera pública (como os discutidos no segundo capítulo). Ser consumidor seria uma nova forma de ser cidadão? A cidadania permearia uma ideia de pertencimento que estaria ligada diretamente à condição de consumidor.

Entender o ritual do consumo como mera forma de esquecimento e alienação sobre as nossas vidas é um argumento utilizado por muitos estudiosos da área. O olhar será na busca por uma melhor compreensão sobre as razões modernas e amplas que relacionam o consumo às relações complexas em nossa sociedade. A partir disso, volto à minha primeira frase deste capítulo. Percebo a necessidade de observar os caminhos adquiridos acerca dos estudos de consumo, tendo em vista seus problemas e, ironicamente, neuroses na tentativa de encontrar caminhos para a melhor compreensão da sociedade em que vivemos.

Com a expansão da produção capitalista principalmente depois do “fordismo” é necessária a formação de novos mercados e da “educação” de novos

1 Um exemplo dessa linha argumentativa é o trabalho de: BAUMAN, 2008.

públicos consumidores por meio da publicidade e da mídia. Essa análise foi diagnosticada por autores como Horkheimer e Adorno (1972) e Marcuse (1964). Horkheimer e Adorno argumentaram que a mesma lógica da mercadoria e racionalidade instrumental que se manifestam na esfera da produção podem ser percebida no consumo:

[...]As atividades de lazer, a arte e a cultura de modo geral são filtradas pela indústria cultural: a recepção é ditada pelo valor de troca à medida que os valores e propósitos mais elevados da cultura sucumbem à lógica do processo de produção e do mercado. As formas tradicionais de associação na família e vida privada, bem como a promessa de felicidade e realização, são oferecidas como objetos inofensivos a uma massa atomizada e manipulada (Featherstone, 1995:33).

Sob essa perspectiva é possível afirmar que a acumulação de bens resultou na vitória do valor de troca e do cálculo. A cultura da modernidade capitalista seria, portanto, a cultura do valor de troca e do instrumental racional? A Escola de Frankfurt parte desse pressuposto. Para Adorno (1972), por exemplo, a mercadoria ficaria livre para assumir seu valor secundário e, portanto, seria livre para adquirir uma ampla variedade de associações e ilusões culturais:

Parto da hipótese de que o consumo, ao possuir um leque de significantes, encontrou caminho nas relações pessoais e passou a ser um elemento fundamental das relações e anseios dos jovens. Ao consumir, os jovens estão focados nos interesses pessoais em detrimento dos públicos.

Devido à fragilidade da relação entre os cidadãos e o Estado, observei o que Philip Oxhorn (2010) caracteriza ser a “cidadania como consumo”. O consumo se tornaria, portanto, especificamente no caso latino-americano, por conta da complexa relação entre sociedade civil e Estado, um elemento agregador que proporcionaria um sentimento de pertencimento.

Philip Oxhorn (2010) apresenta uma perspectiva interessante para a análise da cidadania e do consumo. Em seu artigo, ele foca em duas experiências sobre a participação política: a lei de participação popular na Bolívia e a experiência de Porto Alegre, com o orçamento participativo. O autor destaca a América Latina e propõe uma análise a respeito do modelo de cidadania a ser adotado por esses países. Afirma que essas democracias são caracterizadas por dois modelos: “cidadania como consumo e cidadania como agência” (Oxhorn, 2010:19).

O que nos interessa do autor é a sua definição de “cidadania como consumo”. Porém, para entendê-la no contexto desse artigo, é necessário compreender a outra matriz utilizada pelo autor: a cidadania como cooptação. Partindo do ponto central que é a relação entre o Estado e a sociedade civil, no caso latino-americano: “as políticas do Estado foram intencionalmente concebidas para reprimir o surgimento da sociedade civil” (Oxhorn, 2010:21).

Essa relação reflete a construção da cidadania nessa região, uma vez que muitos direitos fundamentais ainda não foram resolvidos. O modelo utilizado para analisar o caso latino-americano é o da cidadania como cooptação, conhecido também como “inclusão controlada”. Consiste em “processos verticais de inclusão política e social, nos quais os direitos de cidadania eram segmentados, parciais e, em última análise, precários” (Oxhorn, 2010:22). Esse projeto de Estado reforçava o poder sobre as classes subalternas e restringia a autonomia da sociedade civil. Em declínio nas décadas de 70 e 80, esse modelo é caracterizado pela subordinação da sociedade civil ao Estado e aos interesses da classe dominante.

Com o declínio desse modelo de cooptação, a partir dos anos 90, o autor apresenta a nova perspectiva para compreender a “cidadania como consumo”, ponto-chave deste trabalho:

[...] Os cidadãos são bem mais compreendidos como consumidores, gastando seus votos e seus escassos recursos econômicos para ter acesso ao que deveriam ser direitos mínimos de cidadania democrática. Isso demonstra como as transições para a democracia na América Latina, desde meados da década de 70 representam uma nova alternativa para a construção social da cidadania: o surgimento de direitos políticos universais na ausência de direitos civis universais e o declínio dos direitos sociais (Oxhorn, 2010:24).

Nessa nova relação, os problemas históricos de desigualdade acabam sendo reforçados, uma vez que está presente principalmente em sociedades civis fracas. O consumo reforçaria o interesse da pessoa em adquirir bens de consumo frente aos direitos da cidadania democrática. Compreendemos nessa passagem do autor a peculiaridade do sistema no caso brasileiro que, por conta dessa fragilidade, deveria buscar o que ele denomina de “cidadania por agência”: da própria sociedade civil partiria o interesse pela participação na coisa pública. O caso do orçamento participativo de Porto Alegre seria um exemplo de cidadania bem construída, saindo assim do modelo de cooptação.

[...] Há um aspecto pluralista da valorização da livre concorrência e da liberdade individual e a valorização da busca racional de seus próprios interesses. Os incentivos do mercado e os recursos econômicos pessoais de um indivíduo determinam, em grande parte, o grau e a natureza de sua inclusão social e política. Os mesmos recursos afetam também a qualidade da educação, da saúde e até mesmo da proteção legal oferecida a esse indivíduo” (Oxhorn, 2006 IN 2010:25).

Ainda na passagem abaixo, o autor reforça essa nova relação entre Estado e sociedade:

[...] Os bens públicos e privados disponíveis em nível estatal para aqueles que foram mobilizados em períodos anteriores, bem como os incentivos coercitivos da organização hierárquica de interesses econômicos sob o corporativismo estatal, deixaram de existir ou foram significativamente reduzidos. Identidades de grupo e interesses coletivos perdem qualquer valor intrínseco, mas constituem uma fonte de poder em potencial para grupos subalternos. A sinergia entre Estado e sociedade civil torna-se inviável, uma vez que o Estado mostra-se relutante e incapaz de trabalhar com a sociedade civil, e também porque o *neopluralismo* privilegia os recursos econômicos que faltam aos grupos menos favorecidos (Oxhorn, 2010: 26).

Gostaria de ressaltar a passagem sobre os cidadãos serem bem mais compreendidos como “consumidores, gastando seus votos e seus escassos recursos econômicos para ter acesso ao que deveriam ser direitos mínimos de cidadania democrática” (Oxhorn, 2010:24). Que relação mais profunda pode ser feita ao relacionarmos a cidadania ao consumo? Uma nova percepção acerca da esfera pública está em desenvolvimento e abre flancos para outras perspectivas. O antropólogo argentino Canclini (1999) irá retratar, sob um olhar pós-moderno e contemplando a comunicação entre cultura e a sociologia, uma percepção de cidadania interligada ao consumo como parte de uma nova maneira de interpretar a participação na esfera pública.

Em seu notório trabalho “Cidadãos do século XIX e Consumidores do XXI” (1999), o autor busca repensar as configurações de cidadania então vigentes. Ele observa que a mudança na maneira de consumir altera a forma de exercer a cidadania, estando esta relacionada à prática de consumo. Segundo Canclini, o ato de consumir e o de praticar a cidadania sempre estiveram associados à capacidade de apropriação de bens de consumo e à maneira de usá-los, mas supunha-se que essas diferenças eram compensadas pela igualdade em direitos abstratos que se concretizava ao votar, ao sentir-se representado por um partido político ou por um sindicato.

Aliados à degradação política, e, por conseguinte, à falta de credibilidade das instituições políticas, outros modos de participação acabam se fortalecendo, ainda segundo Canclini: “Homens e mulheres percebem que muitas perguntas próprias dos cidadãos – a que lugar pertence e que direito isso me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses – recebem sua resposta através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que nas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos” (Canclini, 1999:37).

O autor ressalta a importância da mídia nesse processo e mostra que à medida que a televisão e a mídia vão ganhando força, principalmente quando se trata de campanhas políticas, a confusão na relação entre cidadãos e consumidores acaba mostrando o quanto temos que repensar essa dicotomia. As gerações também estão passando por esse processo e as diferenças estão sendo notadas: “Vamos nos afastando da época em que as identidades se definiam por essências a-históricas: atualmente configuram-se no consumo, dependem daquilo que se possui, ou daquilo que se pode chegar a possuir” (Canclini, 1999:39).

A necessidade de se repensar a cidadania e compreender estratégias alternativas à ordem jurídica tradicional exigem uma reflexão sobre o papel das novas práticas (como os movimentos sociais), entendendo a maneira pela qual se quer participar do sistema. Reforço os argumentos do autor mostrando a necessidade de renovação da construção dos vínculos entre o Estado e a sociedade. Em outros tempos

O Estado dava um enquadramento – ainda que fosse injusto e limitado - a essa variedade de participações na vida pública; atualmente, o mercado estabelece um regime convergente para essas formas de participação através da ordem do consumo. Em resposta, precisamos de uma concepção estratégica do Estado e do mercado que articule as diferentes modalidades de cidadania nos velhos e novos cenários, mas estruturados completamente (...). Esta revisão dos vínculos entre Estado e sociedade não pode ser feita sem levar em conta as novas condições culturais de rearticulação entre o público e o privado (Canclini, 1999:48).

Para Canclini, as grandes mudanças estão focadas, não nas revoluções sociais, mas sim nas tecnologias audiovisuais de comunicação, mudando, assim, desde o século passado, o desenvolvimento do público e o exercício da cidadania. Foram criadas outras formas de se informar e, assim, de exercer seus direitos. Seus argumentos são reforçados nesta passagem:

[...] A aparição súbita destes meio põe em evidência uma reestruturação geral das articulações entre o público e o privado que pode ser percebida também no reordenamento da vida urbana, no declínio das nações como entidades que comportam o social e na reorganização das funções dos atores políticos tradicionais (Canclini, 1999:51).

Dentre as consequências desse processo das mudanças socioculturais, que Canclini cita, destacaria a consequente redefinição do senso de pertencimento e identidade. As pessoas estariam se organizando cada vez menos por lealdades locais ou nacionais e, portanto, mais como participações em comunidades transnacionais ou desterritorializadas de consumidores (os jovens em torno do rock, os telespectadores que acompanham os programas da CNN). Dentre outras questões, o autor ressalta a importância de se pensar um cidadão que, antes, estava interessado em uma opinião pública e que, hoje, preocupa-se em desfrutar de certa qualidade de vida.

No século XX, o autor destaca como nova característica desse movimento a modalidade de audiovisuais e os critérios empresariais de lucro que repensam as formas de consumo. Essa proposta possibilita a reestruturação de práticas econômicas e culturais e uma concentração em uma elite tecnológica/econômica, e gera, portanto, uma exclusão das maiorias incorporadas como clientes:

A perda da eficácia das formas tradicionais e ilustradas de participação cidadã (partidos, sindicatos, associações de base) não é compensada pela incorporação das massas como consumidoras ou participantes ocasionais dos espetáculos que os poderes políticos, tecnológicos e econômicos oferecem através dos meios de comunicação de massa (Canclini, 1999:53).

Sendo assim, ressalta Canclini, no momento em que estamos a ponto de sair do século XX, as sociedades se reorganizam para nos fazer consumidores do século XXI e, como cidadãos, nos levar de volta para o século XVIII. Há sem dúvida um franco avanço no desenvolvimento de produtos de consumo, mais especificamente dos meios eletrônicos que não acompanham o exercício pleno da cidadania. O projeto iluminista de generalização desses direitos causou a impressão de que estaria destinado a todos, e essa falsa impressão liberal dos séculos XIX e XX permitiu que, sobretudo nos países periféricos, a globalização seletiva mostrasse sua face, excluindo desocupados dos direitos básicos como trabalho, saúde e moradia. Canclini reafirma ainda que “O direito de ser cidadão,

ou seja, de decidir como são produzidos, distribuídos e utilizados esses bens, se restringe novamente às elites” (Canclini, 1999:54).

Nesse momento, o autor indaga sobre a possibilidade de pensar uma nova perspectiva acerca da cidadania: “Devemos nos perguntar se ao consumir não estamos fazendo algo que sustenta, nutre e, até certo ponto, constitui uma nova maneira de sermos cidadãos” (Canclini, 1999: 55).

A necessidade de estudar uma reestruturação dos vínculos entre consumo e cidadania é um exemplo de prática política que não está diretamente ligada às instituições políticas. A restituição da democracia abriu espaços para o crescimento do consumo atrelado à cidadania e, por isso, a necessidade de compreendê-los frente às mudanças impostas pelo esgotamento das formas tradicionais de representação. Canclini (1999) ressalta o lado dos movimentos de esquerda: “Registramos a incapacidade dos movimentos de esquerda, socialistas ou simplesmente democráticas para atuar nesses cenários decisivos” (Canclini, 1999:56).

O conceito de sociedade civil é outro que deve ser revisto tendo em vista as diferentes ações e percepções dela nesse período de conflitos conceituais. Alguns autores, destacados por Canclini (1999), definem o modo de interação social que a expressão sociedade civil engloba como diferentes pilares da economia e do Estado - embora estejam entrelaçados a eles de maneira intrínseca. O ponto crucial da proposta de Canclini (1999) é repensar esse conceito de sociedade civil e relacioná-lo com outros dispositivos, como a cidadania e a comunicação.

3.1

O que é consumir? A cultura do consumo moderno

Consumir é mais do que simplesmente comprar algo para alguma coisa. Nossas decisões estão repletas de processos e escolhas e não podemos tratar o ato de consumir como de menor valor. As ciências sociais mostraram a importância atribuída a processos considerados “sem valor”, mas que compreendidos com mais seriedade podem servir como indicativos sociais de destaque. O consumo

deve ser compreendido como pertencente à esfera social e, por isso, digno de ser visto além da esfera econômica.

O consumo, segundo Rocha e Pereira (2009), faz parte de um sistema mais amplo dentro da economia. É o ambiente no qual as pessoas trocam o que acreditam ser os valores coletivos que se definem como necessidades ou desejos por produtos ou serviços: “Culturalmente, o consumo pode ser entendido como um sistema de significação, pelo qual os indivíduos são classificados a partir dos bens que possuem” (p. 73). Os autores reforçam a ideia do consumo como elemento de significação. É no século XIX que se dá início a construção de uma visão de consumo pela perspectiva cultural, e com Thorstein Veblen (1988)², o consumo é pela primeira vez visto como um fenômeno social. Outros autores como Mary Douglas e Jean Boudrillard são considerados como grandes referências nas teorias culturais do consumo.

Segundo Rocha e Pereira (2009), não podemos reduzir ou simplificar uma “teoria do consumo”. As discussões são inúmeras, e, por isso, os autores destacam quatro tipos de discursos sobre o tema que estão mais presentes em nossa sociedade. O primeiro é o hedonista e a publicidade é o que mais dissemina essa noção de consumo por falar de uma maneira positiva sobre o assunto. O segundo discurso mais discutido é o moralista “nesse sentido, ele é associado a valores positivos e negativos, a sentimentos como bom e ruim, prazer e culpa.” (p.74).

O terceiro aspecto que os autores destacam é o naturalista ou determinista que explica o consumo pela natureza humana, sendo essa uma condição natural em nossa sociedade mostrando, portanto, que o consumo é algo tanto universal quando natural (essa teoria acaba indo na contramão de uma teoria do consumo como fato social, histórico e cultural). Esse discurso naturaliza uma noção de consumo não atribuindo a ele a importância necessária.

No último e quarto tipo de discurso, o utilitário. O consumo é parte do conhecimento para vender mais. Nesse último entende-se o consumo em toda a sua extensão e na obtenção de resultados práticos. Durkheim (1990) observa o consumo como fenômeno social, e, assim, observa ser uma realidade independente e exterior ao indivíduo: “O consumo é coercitivo, ou seja, nos coage

²A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições, 1988.

a não sucumbir às vontades individuais (...) ele é um fato social total, portanto é extenso no âmbito da sociedade em que acontece” (Rocha e Pereira, 2009:75).

Para compreender o consumo em nossa sociedade, Rocha e Pereira alertam para quatro referências fundamentais desse processo:

(1) o consumo, material ou imaterial, é sempre um signo componente de um sistema coletivo de significados; (2) esse sistema classifica pessoas, indicando pertencimento, por um lado, e diferenciação por outro (Rocha e Pereira, 2009:75).

Por esse motivo, a publicidade e o consumo são sistemas totêmicos, pois classificam as pessoas a partir dos bens dos quais fazem uso; “(3) quando, no século XVIII/XIX, o consumo se estabelece é o surgimento da comunicação de massa que contribui para que nele sejamos socializados” (Rocha e Pereira, 2009:75).

A publicidade passa a ser o foco: “(4) a publicidade provoca esse processo de socialização através de uma narrativa que se aproxima do universo mágico, do encantamento, da lógica classificatória, operando no estilo do que Lévi-Strauss chamou de pensamento selvagem” (Rocha, 1995 apud Rocha e Pereira, 2009:76). O consumo é, portanto, um sistema simbólico, cultural e, por isso, um sistema de valores coletivamente compartilhados, segundo Rocha e Pereira (2009).

Em contraposição à perspectiva de alguns autores, Rocha e Pereira afirmam que o consumo não é uma prática individualista, mas sim, uma prática cultural, do público formado coletivamente, pois ele aproxima e diferencia grupos de pessoas através das coisas: “O consumo é um dos sistemas centrais para classificar bens e identidades, coisas e pessoas, diferenças e semelhanças na vida social contemporânea” (Rocha e Pereira, 2009:77).

Os hábitos de consumo deixaram de ser algo exclusivo dos adultos e passaram a interagir com as crianças e adolescentes na sociedade de consumo. Hoje as crianças são alvo de grande parte do teor publicitário existente, podendo ter escolhas:

a criança moderna encontra um lugar respeitável não como aquela que possui os recursos para o consumo, mas como aquela que canaliza esses recursos para o mercado. E, como tal, possui necessidades e desejos tanto simbólicos quanto materiais a serem satisfeitos (Rocha e Pereira, 2009:77).

A mídia, ao refletir os valores de uma sociedade, também auxilia na percepção da importância de elementos da tecnologia no universo dos adolescentes: “A mídia contribui para a compreensão das representações da adolescência e de suas práticas sociais, em articulação com o sistema de significação que é o consumo” (Rocha e Pereira, 2009:81).

Os autores reforçam a necessidade de relativizar a lógica econômica quando se trata de estudar o fenômeno do consumo:

Em uma ampla diversidade de situações, o consumo será mais bem entendido através de uma lógica cultural que, muitas vezes, não está em sintonia e mesmo se opõe à lógica econômica. Esse pode ser o caso da relação entre juventude e consumo, que passa muito mais por uma lógica cultural que econômica (Rocha e Pereira, 2009:93).

A lógica econômica apresenta a ideia de que quanto mais caro for o produto, maior será o prestígio a ele retribuído, mas a lógica do luxo cultural dos jovens mostra que tanto será maior o prestígio quando mais “rápida e intensa a experiência de agregação com o outro” (Rocha e Pereira, 2009:93)

Quando pensamos sobre o “luxo” e o “prestígio” ligados ao consumo, Douglas e Isherwood (2004) afirmam que quando associamos o consumo à avareza ou até a insensibilidade à miséria, estamos tomando como nossa responsabilidade o consumo excessivo. Aliar o consumo a uma prática condenada moralmente é um caminho confuso, pois colocaria um sentimento de culpa que na prática não explicaria o fenômeno que, de tão complexo, não pode ser explicado somente com “excessos”.

Indo na contramão desse processo, Douglas e Isherwood reforçam a necessidade de se compreender o consumo em seu processo social: “O consumo tem que ser reconhecido como parte integrante do mesmo sistema social que explica a disposição para o trabalho, ele próprio parte integrante da necessidade social de relacionar-se com outras pessoas” (Douglas e Isherwood, 2004:26).

Os bens, o trabalho e o consumo precisam ser compreendidos, portanto, como parte de uma totalidade na estrutura social. Ao conseguir entender as relações sociais que os bens materiais produzem, é possível compreender os mecanismos de escolha racional: “Os bens de consumo definitivamente não são meras mensagens; eles constituem o próprio sistema. Tire-os da interação humana e você desmantela tudo” (Douglas e Isherwood, 2004:16).

Rocha (2006) aborda em seu outro trabalho a questão do consumo contemporâneo e sua peculiaridade com os aspectos culturais. Segundo ele, estudar o consumo é compreender as diversas vertentes da cultura contemporânea: “É necessário estudar suas representações e práticas para entender o que está em jogo na ordem cultural e é sistematicamente atualizado nas nossas experiências de compras, shopping, marcas, grifes e modas” (Rocha, 2006:15)

O consumo está presente no nosso dia-a-dia, tornando-se ferramenta essencial para compreender a cultura moderna – contemporânea. O autor reforça a ideia de não se pensar o consumo como mera superficialidade ou como resposta biológica para as necessidades. Não se pode atribuir ao consumo somente uma visão reducionista e moralizadora do que seria o “certo e o errado” a se consumir: “A perspectiva é dar ao estudo do consumo seu devido lugar como fenômeno dotado de ampla capacidade para afetar a vida de todos nós e, portanto, objeto de inestimável força pelas possibilidades que abre para o conhecimento de nossa cultura” (Rocha, 2006:16).

O consumo possui uma importância (tanto ideológica quanto prática) e pode ser entendido como um “fato social” por ser coercitivo, extenso e externo ao indivíduo, tendo em vista a sua função de estruturador de valores e práticas que regulam as ações sociais e constroem identidades: “consumo como forma de estabelecer a proximidade e a diferença entre grupos sociais” (Rocha, 2006:17). O consumo é compreendido não somente no plano das práticas, como também em um sistema de representações coletivas (que vai além das representações individuais).

Ao citar o caso de um grupo de jovens da província de *Sichuan*, no sudoeste da China, fica claro que os valores e afetos estavam presentes em suas roupas (definidas por cores e sapatos) que configuravam um sistema simbólico com diferenças e semelhanças.

Essas configurações vão muito além de uma mera análise sobre consumo e necessidades biológicas: “Conhecer a lógica que reúne a estrutura intrínseca e o significado cultural dos objetos; os eixos de significação que os produtos e serviços transmitem através de seus nomes, embalagens, cores ou texturas; seu simbolismo e sua aparência; sua relação com as práticas sociais; seu sentido classificatório, seu etnocentrismo e poder de exclusão” (Rocha, 2006:23). Essas

questões são fundamentais, segundo o autor, como referências para entender o consumo como uma experiência da cultura.

O consumo pode ser compreendido como um sistema de significação. A necessidade simbólica se torna um dos pilares de compreensão, sendo o código no qual boa parte das nossas relações sociais é traduzida. O autor aponta a formação de um sistema de classificação de coisas, pessoas e grupos: “O consumo permite um exercício de classificação do mundo que nos cerca a partir de si mesmo e, como é próprio de códigos abertos, é sempre capaz de incluir novos elementos” (Rocha, 2006:31).

A mídia e mais especificamente a publicidade é o que o autor denomina ser a “grande operadora da dimensão pública desse código” (Rocha, 2006:32). Conhecemos a partir das narrativas que se passam nas propagandas, cinema e novelas, e, com isso, o transportamos para a nossa vida social: “O Marketing, a publicidade, os meios de comunicação são as instâncias que interpretam a esfera da produção, socializando para o consumo ao oferecer um sistema classificatório que permite ligar um produto ou serviço a cada outro e todos juntos às nossas experiências de vida” (Rocha, 2006:32)

Todas essas narrativas são necessárias para compreender o sistema complexo de significação do consumo na cultura contemporânea. É de suma importância compreender as múltiplas combinações de produtos e serviços que se encaixam em um sistema de classificação e sistemas simbólicos que configuram o consumo: “Nas redes simbólicas, os produtos e serviços se prendem uns aos outros e se tornam reciprocamente dependentes e dialogam com outros tantos produtos e serviços, chamando para perto, colando, aproximando e, finalmente, fixando estilos de vida, tipos de pessoas e variações de ambientes” (Rocha, 2006:34).

Há a necessidade de se fazer um esforço para compreender esse imenso complexo de dimensões da cultura contemporânea que envolve o consumo. O sentido classificatório, as práticas sociais e sua aparência são algumas maneiras de entender as relações entre os grupos sociais e o consumo.

3.2

O consumo como estilo de vida: o *habitus* e o gosto

Condicionar o consumo à esfera cultural é um pressuposto elementar para quem busca compreender suas relações simbólicas. A cultura do consumo possui três perspectivas que Mike Featherstone (1995) considera serem essenciais. A primeira parte da ideia de que a expansão capitalista deu origem ao aumento da cultura material e dos bens de consumo nas sociedades ocidentais contemporâneas. Por mais que esse fenômeno leve a uma percepção de maior igualitarismo e liberdade individual, outra maneira de observar reconhece a capacidade desse fenômeno de “manipulação ideológica” e “controle sedutor” da população.

Em segundo lugar, há uma concepção que segundo Featherstone pode ser compreendida como mais sociológica, pois mostra uma relação entre a satisfação proporcionada e os status atribuídos que configuram uma relação de reciprocidade na qual as pessoas utilizam as mercadorias com o intuito de criar vínculos ou estabelecer distinções sociais.

O terceiro ponto, não menos importante, relaciona o consumo aos seus prazeres emocionais, sonhos e desejos presentes no imaginário cultural consumista. Nessa concepção, o consumo é compreendido como caminho para a busca de excitações físicas e psíquicas.

O consumo será destacado não como algo derivado somente do modo de produção capitalista, mas sim, interligado à ideia de uma cultura de consumo: “A fase atual, de oferta excessiva de bens simbólicos nas sociedades ocidentais contemporâneas, coloca em evidência as questões culturais e tem implicações mais amplas em nossa conceituação do relacionamento entre cultura, economia e sociedade” (Featherstone, 1995:32).

A sociologia deve procurar superar a concepção negativa dos prazeres do consumo, oriundas da teoria da cultura de massa. O esforço para explicar essas tendências, segundo Featherstone, deve ir além de meras interpretações de desordem cultural.

Featherstone ao observar os “modos de consumo” afirma que temos que observar além da “lógica do capital” e, portanto, dos modos socialmente estruturados de usar bens para delimitar relações sociais. Os bens de consumo

podem se tornar instrumentos tão complexos que uma bebida, como o vinho, por exemplo, sendo de uma boa safra, pode proporcionar ao usuário prestígio e distinção ao exibir, divulgar, fotografar e comentar sobre o produto: “Nesse sentido podemos designar o aspecto ‘duplamente’ simbólico das mercadorias nas sociedades ocidentais contemporâneas: o simbolismo não se evidencia apenas no design e no imaginário embutido nos processos de produção e marketing; as associações simbólicas das mercadorias podem ser utilizadas e renegociadas para enfatizar diferenças de estilo de vida, demarcando as relações sociais” (Leiss, 1978 apud Featherstone, 1995:35)

Os objetos podem ganhar prestígio de acordo com o seu valor de troca elevado ou podem perder sua condição anterior de mercadoria. Eles possuem uma carga simbólica muito elevada e, portanto, podem derrubar as barreiras sociais dissolvendo antigos laços e implementando novos.

Bourdieu (1984) afirma: “O gosto classifica e classifica o classificador”. As preferências do consumo e estilo de vida possuem julgamento de gosto e ao mesmo tempo torna possível ser julgado pelos outros. Segundo ele, os estilos de vida estão associados a ocupações em classes específicas, sendo possível caracterizar cada classe em sua posição específica dentro de um determinado ponto na história:

A oferta constante de novas mercadorias, objetos de desejo e da moda, ou da usurpação dos bens pelos grupos de baixo, produz um efeito de perseguição infinita, segundo o qual os de cima são obrigados a investir em novos bens (de informação) a fim de restabelecer a distância social original (Bourdieu, 1984 apud Featherstone 1995:38).

O conhecimento se torna um elemento diferenciador nesse processo, pois envolve saber as relações existentes, com seu valor social e a maneira pela qual deve ser feita. Bourdieu cita os chamados “novos intermediários culturais” que atuam de maneira a proporcionar aos grupos sociais em ascensão informações sobre desempenho, produção e usos dos bens simbólicos:

Seus *habitus*, disposições e preferências de estilos de vida são tais que eles acabam por se identificar com os artistas e intelectuais; todavia, nas condições da desmonopolização dos redutos de mercadorias artísticas e intelectuais, eles têm os interesses aparentemente contraditórios de sustentar o prestígio e o capital cultural desses redutos e, ao mesmo tempo, popularizá-lo e torná-los acessíveis a públicos maiores (Featherstone, 1995:39).

Quando Bourdieu (1984) faz referência ao conceito de capital cultural, podemos entender mais claramente o teor classificatório que revela trajetória de vida e suas origens, presentes no corpo, altura, postura e estilos de falar, por exemplo: “A cultura é corporificada, e isso não é apenas uma questão de quais roupas são usadas, mas também de como são usadas” (Featherstone, 1995:40).

O conceito de “estilos de vida” está diretamente associado à cultura de consumo e designaria estilos de vida e grupos de *status* específicos (Weber, 1968): “No âmbito da cultura de consumo contemporânea ela conota individualidade, auto-expressão e uma consciência de si estilizada. O corpo, as roupas, o discurso, os entretenimentos de lazer, as preferências de comida e bebida, a casa, o carro, a opção de férias de uma pessoa são vistos como indicadores da individualidade do gosto e o senso de estilo do proprietário/consumidor” (Featherstone, 1995:119).

A concepção de estilo de vida está ligada, segundo Featherstone, à percepção de Pierre Bourdieu sobre o *habitus* e à tentativa de ascensão social: “Seria proveitoso fazer perguntas sobre a cultura de consumo não apenas nos termos da engenharia de demanda, decorrente da eficácia da produção em massa ou da lógica do capitalismo, mas descobrir também quais os grupos, camadas ou frações de classes específicos mais diretamente envolvidos na produção simbólica, especialmente na produção de imagens e informações celebradoras do estilo e dos estilos de vida” (Featherstone, 1995:121).

Ao utilizar a expressão “cultura do consumo”, Featherstone é enfático em sinalizar que o uso dos bens materiais envolve não somente uma análise economicista, como também a interpretação como “comunicadores” operando entre as redes de contato e grupos sociais: “No âmbito da cultura do consumo, o indivíduo moderno tem consciência de que se comunica não apenas por meio de suas roupas, mas também através de sua casa, mobiliários, decoração, carro e outras atividades, que serão interpretadas e classificadas em termos da presença ou falta de gosto. A preocupação em convencionar um estilo de vida e uma consciência de si estilizada não se encontra apenas entre os jovens e os abastados; a publicidade da cultura de consumo sugere que cada um de nós tem a

oportunidade de aperfeiçoar e exprimir a si próprio, seja qual for a idade ou a origem de classe” (Featherstone,1995:123).

O jogo de interesses e luta pelo espaço que cada grupo social enfrenta ao buscar reafirmar seu estilo de vida busca a legitimidade para impor seus gostos, reafirmando, assim, seus limites e suas pontes.

3.3

Por uma história do consumo: a formação da identidade

Grant Mc Cracken (2003),ao pontuar historicamente a relação da cultura com o consumo no mundo ocidental, afirma que em nenhuma outra época se presenciou uma relação tão intensa entre essas duas esferas. Na definição do próprio autor “Por cultura, entendo as ideias e atividades através das quais fabricamos e construímos nosso mundo. Quanto ao consumo, amplio a definição convencional para incluir os processos pelos quais os bens e os serviços de consumo são criados, comprados e usados” (Mc Cracken, 2003:11).

Para Mc Cracken (2003), as ciências sociais demoraram a perceber a importância do consumo e da cultura na sociedade moderna, e, assim, demoraram a analisar a sua significação. A perspectiva na qual o consumo é moldado culturalmente está clara nessa passagem do autor: “O consumo é moldado, dirigido e constrangido em todos os seus aspectos por considerações culturais. O sistema de design e produção que cria os bens de consumo é uma empreitada inteiramente cultural. Os bens de consumo nos quais o consumidor desperdiça tempo, atenção e renda são carregados de significado cultural” (Mc Cracken,2003:11).

Para o senso comum, o consumo é visto como um instrumento de uma sociedade materialista, e seu caráter negativo estaria associado a uma superficialidade de entendimento: “Todos representam o esforço do antropólogo para determinar o porquê de sermos tão preocupados com bens de consumo, assim como qual contribuição estes fornecem à nossa cultura e às sociedades atuais” (Mc Cracken,2003:12).

Segundo o autor, a comunidade histórica reconheceu que a “grande transformação” do ocidente não incluiu somente a revolução industrial como

também, uma revolução do consumo: “A revolução do consumo é encarada agora como tendo modificado os conceitos ocidentais de tempo, espaço, sociedade, indivíduo, família e estado” (Mc Cracken, 2003:21).

Entender o consumo moderno como um produto histórico a ser analisado é condição *sine qua non* para entender esse fenômeno como um artefato histórico, resultado de diversas mudanças sociais, econômicas e culturais no Ocidente: “O consumo moderno foi a causa e a consequência de tantas mudanças sociais e sua emergência marcou nada menos que a transformação do mundo ocidental” (Mc Cracken, 2003:21).

A conformação em relação a essas mudanças sociais é evidente nas análises dos historiadores que criticam, portanto, a falta de atenção das ciências sociais para o estudo do consumo.

Jean Baudrillard (1990) inicia seu capítulo acerca do consumo discutindo a lógica social do consumo e, mais precisamente, a ideologia igualitária do bem-estar. Como bem-estar, ele considera a felicidade como um instrumento básico e referência na sociedade de consumo sendo essa, portanto, possuidora de extrema força ideológica e de salvação.

As visões ideológicas da felicidade são oriundas de toda uma inclinação natural, presente em cada indivíduo:

Advém-lhe, sócio-historicamente, do fato de que o mito da felicidade é aquele que recolhe e encarna, nas sociedades modernas, o mito da igualdade. Toda a virulência política e sociológica, com que este mito se encontra desde a Revolução Industrial e as Revoluções do séc. XIX, foi transferida para a felicidade (Baudrillard, 1990:51).

A felicidade surge como ideal de igualdade e, por isso, ela é alimentada por princípios igualitários e individualistas fortificados pela declaração do homem e do cidadão que reconhece a cada um o direito à felicidade:

E o princípio democrático que acaba sendo transferido de uma igualdade real, das capacidades, das responsabilidades e possibilidades sociais, da felicidade (no sentido pleno da palavra) para a igualdade diante do objeto e outros signos evidentes do êxito social e da felicidade (Baudrillard, 1990:52).

O autor chama esse sistema de uma democracia *standing* na qual se configura a democracia da TV e do automóvel. Esse sistema democrático é aparentemente concreto, mas inteiramente formal, apresentando, assim, suas

desigualdades e contradições: “Servindo uma a outra de mútuo álibi, ambas se conjugam numa ideologia democrática global, que mascara a democracia ausente e a igualdade impossível de achar” (Baudrillard, 1990:52).

A noção de necessidade compartilha com a de “bem-estar” tendo em vista a base da igualdade presente nesse sistema. Diante das necessidades e do princípio de satisfação, todos os homens são iguais, pois eles são iguais perante seu valor de uso dos objetos e dos bens (se bem que sejam desiguais e se encontrem divididos em relação ao valor de troca).

“Os mitos complementares do bem-estar e das necessidades possuem assim uma poderosa função ideológica de reabsorção e supressão das determinações objetivas, sociais e históricas, da desigualdade” (Baudrillard, 1990:53). A sociedade de consumo tem como objetivo resolver suas próprias contradições, aumentando o número de bens tendo como foco uma igualização automática que proporcionaria um bem-estar para todos.

O autor reforça a hipótese de que a crença em um progresso contínuo e a geração de uma igualdade ainda maior provoca efeitos não igualitários. A pobreza se torna um dos efeitos do sistema desigual. Para alguns idealistas, ela irá impedir o crescimento:

Na ordem dos fatos, não existe, nem nunca existiu, sociedade de abundância” ou “sociedade de penúria”, já que toda a sociedade, seja ela qual for, e seja qual for o volume dos bens produzidos ou da riqueza disponível, se articula ao mesmo tempo sobre um excedente estrutural e sobre uma penúria estrutural (Baudrillard, 1990: 57).

Nessa passagem fica clara a percepção do autor acerca da construção do sistema desigual e do consumo: “A sociedade de consumo, no seu conjunto, resulta do compromisso entre princípios democráticos igualitários, que conseguem aguentar com o mito da abundância e do bem-estar, e o imperativo fundamental de manutenção de uma ordem de privilégio e de domínio” (Baudrillard, 1990:57).

Ao desmembrar o tema do consumo, aos autores demonstram a importância do cuidado com o tema tendo em vista sua complexidade. Consumir é elemento fundamental de qualquer sociedade que tenha o mínimo de trocas para a sua reprodução. O assunto passa a se tornar pauta de discussão acadêmica no

momento que se classifica como “supérfluo, ostentatório ou conspícuo” (Thorstein Veblen, 1899 apud Barbosa, 2006: 21).

A relação entre trabalho e consumo em nossa sociedade é classificada de maneira bem desproporcional. O trabalho é visto como virtude, algo positivo e gerador de identidade. O consumo, por sua vez, é visto como instrumento individualista de alienação e superficialidade: “Não trabalhar é um estigma, enquanto não consumir é uma qualidade, moralmente superior ao seu inverso” (Barbosa, 2006:21).

Barbosa (2006) reforça que essa ambiguidade com o termo pode ser explicada até pela sua própria definição: “Consumo deriva do latim *consumere*, que significa usar tudo, esgotar e destruir; e do termo inglês *consummation*, que significa somar e adicionar” (Barbosa, 2006:21).

O ato de consumir não envolve somente aspectos físicos. São várias atividades, atores e serviços que estão engajados na formação desse comportamento. Compreender suas atribuições psíquicas³ é condição básica para realizar um diagnóstico mais complexo sobre o tema.

Para Barbosa e Campbell (2006), o tema do consumo está começando a ganhar fôlego nas pesquisas acadêmicas, e passou a ser visto como um assunto tão importante na construção de identidades quanto a cultura, a cidadania e a política. O mesmo processo ocorre quando observamos estudos sobre processos da vida pessoal que antes eram vistos como de pouca relevância:

Na sociedade contemporânea, consumo é ao mesmo tempo um processo social que diz respeito a múltiplas formas de provisão de bens e serviços e a diferentes formas de acesso a esses mesmos bens e serviços; um mecanismo social percebido pelas ciências sociais como produtor de sentido e de identidade, independentemente da aquisição de um bem; uma estratégia utilizada no cotidiano pelos mais diferentes grupos sociais para definir diversas situações em termos de direitos, estilos de vida e identidades; e uma categoria central na definição da sociedade contemporânea (Barbosa, 2006:26).

Há sem dúvida uma necessidade de uma reflexão sobre as questões que permeiam o mecanismo do consumo: “Os processos, atividades, itens e atores envolvidos são tão heterogêneos que as abordagens generalizantes não conseguem explicá-los” (Barbosa, 2006:28). Há tantos processos que envolvem o assunto que não podemos reduzir esse fenômeno somente a uma única explicação. Comprar

uma roupa de marca não pode ter o mesmo significado que comprar uma comida vegetariana. Há aspectos simbólicos, econômicos e processos sociais que estão presentes nessas relações.

Tais relações foram historicamente consagradas como negativas pelo olhar ocidental. Sócrates e Platão já discutiam sobre os males dos excessos do consumo: “Considerava-se que o consumo além do razoável afetava o caráter do homem. Enfraquecia-o, tornava-o covarde e fraco diante da dor. Por conseguinte, seria incapaz defender a polis, ou seja, um mau cidadão” (Barbosa, 2006:34).

Nos séculos XVII e XVIII, alguns economistas da época iniciaram inúmeros debates que começaram a investir nas estreitas relações entre produção e consumo focados no crescimento econômico e na riqueza das nações. Os objetos de luxo eram considerados produtos estrangeiros e, por isso, um perigo para a balança de pagamentos de qualquer nação: “O crescimento do consumo era visto como um mal necessário, que devia estar relacionado sempre, e apenas, ao crescimento populacional. Ou seja, os ricos podiam continuar comprando “seus luxos” e os pobres, o suficiente para sobreviverem. A democratização do conforto, do “supérfluo”, da possibilidade de novos desejos e de novas formas de geração de renda” (Barbosa, 2006:34).

Adam Smith deu continuidade a essa tese sobre consumo, comércio e prosperidade ao ser contra a interferência do Estado no direito dos cidadãos de consumirem e conduzirem suas vidas econômicas como lhes fossem mais interessante. Essa (des)moralização do debate sobre consumo na economia não atingiu outras esferas sociais.

No século XIX a sociedade de consumo - parecida com a que vemos hoje - se estabeleceu na França. O luxo e o desejo pelo consumo eram preocupações de moralistas e políticos da época: “Existia uma profunda divisão entre o desejo de consumir e a culpa causada por esse desejo. Este se justificava pela ‘autoridade científica’ da teoria da evolução, que equiparava progresso moral e material, e a culpa derivada dos ensinamentos religiosos e filosóficos, que afirmavam o valor da austeridade” (Barbosa, 2006:35).

Durkheim identificava o consumo como uma possível anomia social: por ser individualista só poderia ser minimizada pela divisão social do trabalho. A atividade do consumo estava, portanto, ligada ao seu potencial desagregador do indivíduo em sociedade: “A associação postulada entre consumo, capitalismo,

hedonismo e individualismo, entre outros, o torna alvo privilegiado dos moralistas de plantão” (Barbosa, 2006:36).

Ainda segundo Barbosa (2006) esse olhar sobre o consumo apresenta uma visão ingênua e idealizada que encara a sociedade como fruto das relações sociais, e separada, portanto, dos bens materiais. O que podemos determinar como “supérfluo” e “básico” é construído além do que consideramos o mínimo básico para cada grupo social.

Quando pesquisamos sobre o que podemos considerar “supérfluo” para cada grupo social, percebemos o quão complexo isso pode se tornar uma vez que o que pode ser considerado essencial para um grupo social pode não ser para outro.

Neste capítulo, ficou clara a análise escolhida para o estudo do consumo. A participação nas esferas sociais passa pelo ato de consumir. O conceito de cidadania, como visto no capítulo anterior, está em processo de transformação, e o consumo moderno tem forte impacto nos jovens. O resultado desse impacto nos jovens? Alguns caminhos apontados no próximo capítulo.

4 Juventude e Juventudes: do individual ao coletivo

“Os bens são neutros, seus usos são sociais; podem ser usados como cercas ou como pontes.”
(Mary Douglas e Isherwood, 2004)

“O que se faz agora com as crianças é o que elas farão depois com a sociedade”
Karl Mannheim

Este capítulo final terá como desafio diagnosticar os caminhos sobre a juventude. Meu ponto de partida foi a pesquisa realizada pela empresa Box 1824 entre os anos 2010/2011 sobre os sonhos e as expectativas dos brasileiros entre 18 e 24 anos para o Brasil, denominada “O sonho brasileiro”¹.

Juventude é uma categoria social aberta à discussão: “Foi criada como um espaço liminar, uma espécie de lugar intermediário, que faz a transição entre uma maturidade adiada e uma infância espremida” (ROCHA E PEREIRA, 2009:15). Essa interpretação do jovem ocupando um lugar intermediário, sem dúvida, provoca ainda uma discussão sobre o lugar do jovem na sociedade: “Não por acaso, a adolescência é vista como um “rito de passagem”, nela os estudantes, por exemplo, são chamados no gerúndio - vestibulandos, formandos, etc, pois esse lugar de transição e mediação é a marca central do jovem.” (ROCHA E PEREIRA, 2009:15).

Rocha e Pereira (2009) esclarecem a percepção desse lugar de mediação entre valores, hábitos, gostos e práticas sociais. Nesse caso, o jovem se torna um mediador dentro de casa e da família e para além dela, tendo destaque nos meios de comunicação como um ator social importante para o conhecimento da própria sociedade. Os autores ressaltam ainda que a juventude constitui o período de grandes responsabilidades, desenvolvimento da sexualidade e o momento de escolhas profissionais e descobertas acerca do mundo do consumo.

Os jovens estão mais dispostos e expostos a consumir por conta da avalanche de informações, e dotados de instrumentos como os *gadgets* que trazem experiências compartilhadas com outros jovens: “A adolescência é mais do que uma simples etapa de nossas vidas, depositária de hormônios em fúria: ela é um fenômeno social e, como tal, precisa ser observada mais de perto, não apenas como uma inevitabilidade da natureza,

¹ Pesquisa completa disponível em www.sonhobrasileiro.com.br.

mas como algo que se constrói e se define na cultura.” (ROCHA E PEREIRA, 2009:16).

Rocha e Pereira (2009) trabalham com dois referenciais básicos sobre cultura e juventude no Brasil, reafirmando o quão esse grupo esteve em evidência nos últimos dez anos em diversos campos do saber. As pesquisas em destaque são o *Dossiê MTV* que desde 1999 ouve jovens de 12 a 30 anos sobre os mais diversos assuntos, e as pesquisas das edições especiais da revista *Veja* sobre o tema da juventude, publicadas desde os anos 2000.

Esses trabalhos são apresentados como indícios da transformação da categoria “jovens” nos últimos anos, e o alargamento do tema perante especialistas de diversas áreas do conhecimento. Os autores mostram a importância de repensar a categoria tendo como base no clássico artigo do sociólogo francês Pierre Bourdieu denominado “A juventude é apenas uma palavra”. Nele o autor trabalha com a noção de adolescência, assim como a de juventude e velhice, que seriam, portanto uma construção social que possuiriam, portanto o objetivo da divisão de poder e uma forma de estabelecer uma ordem que coloca cada um em seu lugar, “respeitando limites sociais invisíveis.” (Rocha e Pereira, 2009: 20).

Rocha e Pereira afirmam que essa perspectiva da juventude sob o olhar de Bourdieu pode ser relativizada nos dias de hoje, pois podemos compreender a adolescência como um estado que vai além dos limites da vida biológica, sendo expandida para outras fases da vida (inclusive a adulta).

O caráter cultural está sendo destacado com o intuito de reafirmar a importância de estudar esse fenômeno do ponto de vista sociológico: “Como fenômenos sociais, adolescência e juventude se estendem a todos aqueles que vivenciam a experiência de estar em algum lugar entre a infância e a vida adulta.” (Rocha e Pereira, 2009:21).

Nos anos 90, o antropólogo Everardo Rocha (2006) fez uma pesquisa sobre juventude na sociedade de consumo, e, ao entrevistar diversos atores sociais e fazer perguntas sobre os jovens, buscou a referência de adultos sobre os adolescentes. O pesquisador quis nesse momento observar a marca essencial do discurso sobre o *outro* e de que maneira o poder é exercido nesse caso: “No caso de um discurso de adultos sobre adolescentes, este poder se dá em função de diferentes fatos implícitos nessa relação entre as gerações” (Rocha e Pereira, 2009:22). Os adultos escolhidos na pesquisa possuem uma afinidade com adolescentes (por uma identidade profissional, social e pessoal).

O discurso nativo também foi instrumento de análise naquela pesquisa. A cultura do *eu* – cultura nativa, própria do grupo *teen* - se tornou uma perspectiva interessante, pois muitos apresentaram uma palavra idealizada que oscila entre uma *verdade* e uma expectativa do que ele pensa que é: “O discurso dos adolescentes também pode oscilar entre uma realidade atual e uma projeção de futuro, em que a temporalidade assume uma forma ideológica ou o lugar de um desejo a ser realizado, e, ainda, pode se revelar através de um discurso controlado e consciente ou como expressividade não contida, *selvagem* ou inconsciente” (Rocha e Pereira, 2009:23). No estudo, todo o discurso observado dos especialistas e adultos foi confrontado e analisado em contraposição ao discurso dos *teens*.

Historicamente, a noção de adolescência como entendemos hoje passou a ser percebida pelas civilizações ocidentais a partir do século XIX, mais precisamente com a I Guerra Mundial (1914-1918):

Antes disso, séculos se passaram sem que se diferenciasse a fase intermediária entre a idade infantil e a adulta. Pelo contrário, não havia uma fase de transição, mas de ruptura, causada, primeiro, pela maturidade sexual, depois pela independência com relação à família, e, mais tarde, pelo casamento (Rocha e Pereira, 2009, p.25).

Examinar a adolescência é exatamente compreender esse estágio liminar de um rito de passagem dentro do ciclo da vida: “Se, portanto, a adolescência é uma forma de liminaridade, dentro dela ocorrem diversos ritos de passagem que reforçam ainda mais esse seu estado transitório na sociedade.” (Rocha e Pereira, 2009:27). Cabe, portanto, uma discussão acerca da representação da adolescência que será feita ainda neste capítulo, e, por isso, devemos observar esse grupo como fundamental para a compreensão de uma realidade social tendo em vista as perspectivas aqui apresentadas.

Muitas expressões foram utilizadas pelos jovens ao longo da pesquisa, e, dentre elas, as que associam a um momento de transição são as que os autores destacam: “fases da vida”, “momento” e “etapa”, mostrando claramente a analogia a um ciclo biológico: “pode-se pensar a adolescência, portanto, como parte do *ciclo* da vida social.” (Rocha e Pereira, 2009:28).

A narrativa midiática também perpassa essa análise e se faz presente para uma melhor compreensão do fenômeno. A imprensa desempenha um papel crucial como agente envolvido na construção coletiva das representações da juventude, e, ainda

segundo os autores, são diversas as categorias relacionadas aos jovens a partir da percepção dos elementos engendrados na construção social.

[...]A contribuição dessas matérias jornalísticas para a formação de estereótipos é decisiva na confecção e consolidação de um imaginário social que toma a adolescência como um conjunto de subgrupos culturais, organicamente enredados por compartilhar os mesmos gostos, crenças e valores (Rocha e Pereira, 2009:33).

Os autores ressaltam as classificações estereotipadas - oriundas da mídia. Dentre elas destaco “Mauricinho/Patricinha”, “Malhadores” e “Surfistas” que acabam refletindo no discurso dos especialistas.

Quando se trata de discutir sobre jovens, a pesquisa de Rocha e Pereira (2009) apontou que há um relaxamento em relação à formação das identidades permitindo assim uma forte flexibilidade, não exigindo, portanto, um compromisso de permanência: “Hoje, pode-se passar, de maneira muito rápida, de uma tribo para outra, em um processo que poderíamos denominar de *pertencimentos precários*.” (Rocha e Pereira, 2009:35).

Grupos, pessoas e objetos apresentam diversas variações entre o mundo adolescente: “Assim, se considerarmos a premissa de que a juventude é um fenômeno social, que as representações sociais, seja na mídia ou no senso comum, sublinham seu caráter múltiplo e simbólico, e que, sobretudo, ditam os gostos, valores e padrões da cultura de consumo, podemos afirmar que a adolescência é mais que uma palavra, e que, nesse sentido, precisa ser observada mais de perto” (Rocha e Pereira, 2009:35).

A adolescência deve ser também relacionada a outros tipos de ritos de passagem que se relacionam entre si, dentre eles, por exemplo, a experiência do primeiro beijo, a primeira namorada, a primeira relação sexual que formam, segundo os autores, uma espécie de ritual que dá sentido a esse período na vida da pessoa:

A adolescência é, portanto, um longo período de transitoriedade, um permanente estado de *communitas*, em que se é retirado de uma condição inicial para uma espécie de *suspensão social* para mais tarde, ser reintegrado à sociedade (Turner, 1974 *apud* Rocha e Pereira, 2009:37).

Essa noção de transitoriedade segundo os autores provoca uma generalização da ideia de adolescência, e, por consequência, a uma descrença em suas atitudes e ações, levando, assim, a uma ausência de confiança por parte de algumas pessoas. Ser

estereotipado como “bobo” por alguns informantes da pesquisa mostra que esse período de “suspensão” está sendo caracterizado pelos próprios adultos que acabam controlando esses limites dos jovens.

Esses paradoxos entre ser criança e ser adulto confundem os jovens e mostram um mundo adulto que exige deles questões muito díspares: “Todas as ambivalências são devidamente cobradas em uma conta simbólica - *you are adult or child* – em que a questão-chave cifra-se em descobrir, afinal, *quem você pensa que é?*” (Rocha e Pereira, 2009:38).

Alguns especialistas falam sobre esse período adolescente como o momento das descobertas da esfera pública, percebendo que ele é alguém e que pode ter ação no mundo, e tendo, portanto, suas consequências: “Ele sabe que começa a ter um lugar mais autônomo na esfera pública que o difere da criança. Essas ideias marcam o rito de separação” (Rocha e Pereira, 2009:38). As obrigações da esfera pública nos remetem a responsabilidades ditas como *sérias* que envolvem ações como pagamento de contas e impostos.

Outra característica latente do adolescente é a que os autores definem como fragmentação. Para eles, essa característica está presente na chamada cultura pós-moderna. Viver em um “mundo aos pedaços” faz parte desse período no qual a globalização, o fim das fronteiras ideológicas e a experiência pós-moderna apontam para a fragmentação, e os adolescentes acabam sendo um dos principais alvos desse mundo.

Dando continuidade a essa estrutura fragmentada, destaco, portanto, a possibilidade de os jovens se movimentarem em diversos universos simbólicos-grupos, tribos e subculturas. Essa característica faz parte claramente de uma geração “que parece não haver maiores problemas em passear entre os vários mundos simbólicos que caracterizam cada um dos diferentes grupos de adolescentes.” (Rocha e Pereira, 2009: 45).

Em comparação com os jovens das décadas de 60 e 70 - que poderiam ser qualificados como dotados de projetos coletivos e carregados de ideologias, além de uma força moral e política bem fortes, - os jovens dos anos 90 e 2000 expressam uma fala mais individualista e voltada para projetos pessoais. Segundo os autores, eles apresentam certo grau de dependência financeira frente os adultos sem maior investimento ideológico. Trata-se de estilos diferentes, gerações diferentes e diferentes formas de experimentar certas questões.

Na adolescência há sempre a necessidade de inclusão social, afirmam os autores. Essa necessidade de pertencimento pode ser interpretada e construída de diversas maneiras: “A bolsa original da *Louis Vuitton* de uma adolescente na *night* iguala-se a uma bolsa falsificada. Porque, entre os *teens*, é o efeito de um conjunto de significados, entre eles a marca LV, que realmente importa.” (Rocha e Pereira, 2009:94).

No sistema de consumo adolescente, os *gadgets* possuem um papel fundamental nesse processo, pois a tecnologia se transforma em bem de consumo relacionando a identidades e estilos de vida, prestígio e hierarquia. Essas relações sociais e culturalmente estabelecidas classificam as pessoas, tornando-as semelhantes ou diferentes, e criando, portanto, novas formas de sociabilidade dentro de seu próprio grupo.

Pereira e Rocha (2009) reforçam a tese de que os jovens já não ocupam mais a posição de crianças e nem adultos. Essa pré-condição é complexa em nossa sociedade, pois revela, ao mesmo tempo, o fascínio da liberdade e o controle dos adultos: “A juventude passa a ser símbolo de um status social, ou melhor, de uma *aura*, uma *simpatia pública*, que estende o conjunto de valores presente na ideia de ser *jovem* para outras faixas etárias.” (Rocha e Pereira, 2009:98).

Os adultos consomem a juventude proporcionando que os pais se pareçam cada vez mais com seus filhos, fazendo com que a disputa pelo poder faça parte da dinâmica social que marca essa relação entre as gerações:

[...]O jovem é jovem na concepção de sua existência na modernidade tardia, assim como o adulto se juveniliza, dentro dessa mesma perspectiva. A juventude é um fenômeno social que pode não nos afetar a todos da maneira como nos vestimos ou falamos, mas que, de um jeito ou de outro, nos coloca diante de uma experiência de vida social. Em casa, na rua, no trabalho, no lazer, na mochila de um adolescente, os *gadgets* nos lembram como o mundo está ficando cada vez menor, mas também de infinitas perspectivas e múltiplos cenários em toda a sua ambivalência e fragmentação (Rocha e Pereira, 2009:100).

4.1

O jovem como ator social

A necessidade de desbiologizar a categoria de juventude tem como um dos seus pioneiros Pierre Bourdieu (1983). Nesta reflexão sociológica acerca da juventude, ele

retrata da necessidade de se compreender a juventude como uma construção sociológica, e lembra que as divisões entre as idades são “arbitrárias” (Bourdieu, 1983).

Compreender as fronteiras existentes entre a juventude e a velhice é, segundo o autor, fonte de disputas em todas as sociedades. Bourdieu cita o caso dos jovens em Florença no século XVI e mostra que os velhos propunham uma ideologia de “virilidade, da virtú e da violência”, uma maneira de preservar a sabedoria, estabelecendo, assim, a separação de poder: “Na representação ideológica da divisão entre jovens e velhos concede aos mais jovens coisas que fazem com que, em contrapartida, eles deixem muitas coisas aos mais velhos.” (p. 1).

No intuito de reforçar esse caráter sociológico, o autor afirma que a classificação por idade se torna um instrumento para impor limites e produzir uma ordem na qual cada um deve ser manter em relação ao outro. Esse esquema relacional é outra chave do argumento que mostra que a caracterização de alguém como jovem ou velho é sempre em relação à outra pessoa: “somos sempre o jovem ou o velho de alguém.” (Bourdieu, 1983:2).

Bourdieu reforça a perspectiva de compreender essa relação entre os diversos tipos de jovens tendo em vista a complexidade e a diferenciação por classe social, por exemplo: “A idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes, ou, para encurtar, entre as duas juventudes.” (Bourdieu, 1983:2).

Está evidente a importância de haver outros fatores para uma compreensão mais completa do “sistema da juventude”. É importante verificar variáveis como mercado de trabalho, condições de vida, jovens que trabalham, alimentação e moradia. A expressão no plural - “juventude e juventudes” - já indica seu caráter extenso.

As diferenças são tão gritantes e tão distantes que o autor reitera ser limitada a compreensão sem o olhar da alteridade “é por um formidável abuso de linguagem que se pode subsumir no mesmo conceito universos sociais que praticamente não possuem nada de comum.” (Bourdieu, 1983:3).

Um caso comum presente na construção da adolescência está na atribuição da chamada “irresponsabilidade provisória” pela qual a adolescência seria eternizada tendo em vista esse período de moratória de responsabilidade. O autor ressalta que, por isso,

muitos adolescentes burgueses sonham em prolongar a adolescência: “É o complexo de Frédéric de *Éducation Sentimentale* que eterniza a adolescência.” (Bourdieu, 1983:3).

Diferentes classes sociais encaram distintas formas de compreensão de suas relações acerca de sua posição na sociedade e sua relação com o status de “meio-criança, meio adulto”. Para isso, o autor conta o caso do filho do mineiro que buscou trabalhar na mina o mais rápido possível, pois, para ele, isso significaria entrar no mundo adulto: “Ainda hoje uma das razões pelas quais os adolescentes das classes populares querem abandonar a escola e começar a trabalhar muito cedo é o desejo de aceder o mais rapidamente possível ao estatuto de adulto e às capacidades econômicas que lhes são associadas.” (Bourdieu, 1983:4).

A escola provoca inúmeros efeitos na formação dos jovens, e este acaba sendo um local de análise do autor. A situação de “estudante” está relacionada dentre outros efeitos como o lugar de direitos e concessão de títulos: “O antigo sistema escolar era menos nebuloso que o sistema atual, com seus complexos desdobramentos que fazem as pessoas terem aspirações incompatíveis com suas chances reais.” (Bourdieu, 1983:4).

Pode-se estar muito bem no sistema escolar e não necessariamente fazer parte do mundo do trabalho se não tiver ainda uma boa condição de títulos escolares. A escola ainda é um lugar para a reprodução de privilégios: “Para que as classes populares pudessem descobrir que o sistema escolar funciona como um instrumento de reprodução, era preciso que passassem pelo sistema escolar” (Bourdieu, 1983:6). Bourdieu utiliza a expressão “reprodução de privilégios” para explicar de que maneira o *status quo* de determinados grupos sociais é mantido pela educação.

Edgar Morin (1977) observa as relações existentes entre as categorias de juventude e velhice. O autor afirma que a velhice era vista como a autoridade da sabedoria. Com o tempo, a autoridade dos velhos vai se desagregando e o rito de passagem que seguraria essa ruptura entre a infância e a idade adulta não é realizado.

A experiência dos velhos se torna obsoleta. O movimento atual é denominado pelo autor como o da “degerontocratização”. A juventude está em alta e a velhice passou a ser rejeitada para fora da vida real. A questão interessante proposta pelo autor é observar que essa oposição das gerações se torna uma das principais oposições da vida social: “Não há uma diferença maior, na linguagem e na atitude diante da vida, entre o jovem e o velho operário que entre esse jovem operário e o estudante? Esses dois não participam dos mesmos valores fundamentais da cultura de massa, das mesmas aspirações da juventude em relação ao conjunto dos anciãos?” (Morin, 1977:155).

A entrada da mulher no mercado de trabalho e as mudanças presentes nessa nova configuração de família apresentam novas relações: “A decadência da imagem do pai e da mãe se dá em benefício, de um lado, de grandes autoridades paternais-maternais, como a nação, que e o Estado-pai e a Pátria-mãe, a Igreja, ate mesmo o partido.” (Morin, 1977:156).

O tema da juventude permeia todo esse imaginário e atinge não somente os jovens como também os mais velhos que lutam para permanecerem jovens: “O novo modelo e o homem em busca de sua auto-realização, através do amor, do bem estar, da vida privada. É o homem e a mulher que não querem envelhecer, que querem ficar sempre jovens para sempre se amarem e sempre desfrutarem do presente.” (Morin,1977:158).

Em meados do século XX, observa-se que a constituição de uma classe de adolescentes não ocorre somente na civilização ocidental, mas também em escala mundial.A cultura de massa integra os adolescentes e os transforma com padrões e estereótipos socialmente construídos: “São acrescentados heróis, modelos e panóplias.” (Morin, 1977:162). O adolescente é o fenômeno mais forte da cultura de massa, e que ao mesmo tempo orienta sua construção devido ao seu destaque e ao processo de homogeneização: “A ação prática dos grandes temas identificadores da cultura de massa (amor, felicidade, valores privados, individualismo) é mais intensiva na mocidade.” (Morin, 1977:162).

A beleza, o amor e a juventude fazem parte desse tripé moderno que produz a sociedade. Isso torna a velhice um problema social :“A cultura de massa desagrega os valores gerontocráticos, acentua a desvalorização da velhice, dá forma à promoção dos valores juvenis, assimila uma parte das experiências adolescentes.” (Morin,1977:163).

4.2

O caráter simbólico da Juventude

José Machado Pais (1990), autor português de forte presença no diálogo sobre juventude, questiona a imagem socialmente formada acerca dessa categoria. Ele critica a construção de uma chamada “consciência sociológica” que tornaria, portanto, a juventude uma categoria da linguagem comum pertencente ao discurso político. A teoria

sociológica se vê na necessidade de estabelecer rupturas com as representações então vigentes acerca do conceito de juventude.

Com efeito, a categoria passa a se tornar socialmente manipulada e manipulável. Tratar os jovens como uma “unidade social” e, portanto imbuídos de “interesses comuns” constituiu, para o autor, uma clara manipulação: “Na verdade, nas representações correntes da juventude, os jovens são tomados como fazendo parte de uma cultura juvenil unitária”. (Pais, 1990:141).

Pais(1990)observa claramente dois erros comuns ao se analisar a sociologia da juventude. Em primeiro lugar, é errôneo redirecionar a juventude a uma dada “fase da vida”, buscando, assim, construir uma categoria uniforme que caracterizaria uma “cultura juvenil”. O outro erro observado pelo autor está na construção da juventude como um conjunto social diversificado permeando diversas culturas juvenis em razão das mais variadas situações econômica, social e de diferentes interesses.

O autor ressalta a importância de se analisar os referenciais atribuídos aos jovens (crenças, valores e símbolos) e tomar cuidado para não generalizar e atribuí-los diretamente a uma fase de vida: “Os diferentes sentidos que o termo “juventude” tem tomado e as manifestações de sentido contrariam que entre os jovens é possível encontrar- nos seus comportamentos cotidianos, nos seus modos de pensar e de agir, nas suas perspectivas em relação ao futuro, nas representações e identidades sociais – o que chamarei, em termos latos, os *paradoxos da juventude*”. (Pais, 1990:141).

A juventude vem sendo observada como uma fase da vida estigmatizada devido aos seus “problemas sociais”. Os jovens não conseguem se desvincular desse estereótipo e passam a ser caracterizados como “irresponsáveis” e “desinteressados”. Em contrapartida, o adulto é visto como responsável, pois possui algumas responsabilidades como trabalho fixo, relacionamentos conjugais e despesas fixas.

Nesta passagem encontramos semelhanças com as análises de Pereira e Rocha (2009) ao apresentar essa caracterização complexa de “problemas sociais” próprios da categoria juventude. O conceito de irresponsabilidade está presente nas duas pesquisas e aparenta ser um divisor ao caracterizar os jovens em detrimento dos adultos.

Segundo Pais, as dificuldades mais presentes na realidade desses jovens e que os caracteriza como problemas sociais são pertinentes à entrada deles no mercado de trabalho. Oferecendo dados do caso português, 62% da população desempregada portuguesa estão na faixa dos 15 aos 29 anos. O desemprego juvenil é um dado

alarmante que envolve fatores como a dificuldade de uma boa formação para esses jovens.

No final dos anos 60, a juventude era vista como um problema, pois era a principal protagonista de conflitos intergeracionais: “Os movimentos estudantis da década de 60, em países em vias de desenvolvimento, como Portugal, e surgidos em contextos urbanos, ter-se-ão organizado indiretamente contra as gerações mais velhas e diretamente contra um poder e um regime político que não facilitava a participação dos jovens ao nível institucional.” (Pais, 1990:143).

Hoje em dia, os jovens ainda possuem um baixo nível de associativismo e participação política, mesmo dispondo de artefatos democráticos para tal. A questão de hoje, ressaltada pelo autor, está na dificuldade de inserção profissional e problemas com drogas e marginalidade: “De fato, se, nos finais dos anos 60, a juventude era um “problema”, na medida em que era definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações essencialmente situado sobre o terreno dos comportamentos éticos e culturais, a partir da década de 70, os problemas de emprego e de entrada na vida ativa tomaram progressivamente a dianteira nos estudos sobre a juventude que, diria mesmo, quase se transformou em uma categoria econômica.” (Pais, 1990:143).

É notório perceber as dificuldades nas relações entre os jovens e o mercado de trabalho. Em períodos de crise, o desemprego pode provocar consequências como o aumento da marginalização. Esses problemas são reconhecidos, percebidos e devem ser encarados como uma construção social: “Como construir, em contrapartida, um discurso sociológico a propósito dessa construção social?” (Pais, 1990:144).

O autor reforça sua inquietação acerca do conceito de juventude como um problema social. Problemas de inserção profissional, drogas e delinquência são apenas alguns exemplos de problemas reconhecidos como especificamente pertencentes aos jovens. A pergunta central é: Como os jovens se sentem com esses problemas.

Essa interrogação mostra claramente a maneira pela qual ocorre a problematização sociológica da juventude, e, assim, a transformação de um problema social da juventude em um problema sociológico.

[...] A juventude é um mito ou quase mito que os próprios *media* ajudam a difundir e as notícias que estes veiculam a propósito da cultura juvenil ou de aspectos fragmentados dessa cultura (manifestações, modas, delinquência etc.) encontram-se afetadas pela forma como tal cultura é socialmente definida (Pais, 1990:144).

O cuidado que deve existir ao conduzir esses discursos está na formação de representações de senso comum que perpassam as construções sociológicas. O autor mostra a passagem de um processo de “socialização de produção” para uma “socialização do consumo” que alimentaria, assim, um sentimento de “passividade” entre os jovens.

[...]O desafio que se apresenta à sociologia está no de desconstrução sociológica de alguns aspectos da construção social da juventude. Essa desconstrução da juventude como representação social (do senso comum) acabará por se revelar como uma construção sociológica – isto é, científica e necessariamente paradoxal - da juventude. A representação social da juventude dá lugar à realidade sociologicamente construída (Pais, 1990:146).

As chamadas “fases da vida” têm variado ao longo da história, e cabe, portanto, questionar quais são os fatores sociais que determinarão, em cada período, a construção social dessas fases da vida. Essa já é, portanto, uma problematização sociológica:

[...] A juventude, quando aparece referida a uma fase da vida, e uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas; uma categoria sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo (Pais, 1990:146).

A noção de juventude somente adquiriu certa consistência social a partir do momento que entre a infância e a idade adulta se começou a perceber a continuidade dos problemas sociais aí observados, e, portanto, hoje é diagnosticada como uma “fase da vida”.

Algumas vezes, o autor se refere à juventude na qual um dos principais atributos é o fato de os indivíduos pertencerem a uma mesma fase da vida. O paradoxo proposto por Jose Machado Pais está voltado para a observação da juventude como uma aparente unidade (tendo em vista sua caracterização acerca de uma fase da vida) e como diversidade (quando são observadas diferentes características classificatórias que permitem a distinção entre os jovens).

[...] De fato, quando falamos de jovens das classes médias ou de jovens operários, de jovens rurais ou urbanos, de jovens estudantes ou trabalhadores, de jovens solteiros ou casados, estamos a falar de juventudes em sentido completamente diferente do da juventude enquanto referida a uma fase da vida (Pais, 1990:149).

Ao observarmos a diversidade presente nas inúmeras trajetórias entre os jovens, reforçando seu caráter individualista, percebemos seus espaços de mudança e suas

trajetórias biográficas: “No entanto, ao tomarem-se as trajetórias dos jovens, os seus percursos de transição, somos necessariamente levados a considerar a juventude na sua diversidade.” (Pais, 1990:50).

A juventude pode ser considerada tanto um sistema unitário (quando ela é referida a uma fase da vida) construída através de termos etários, quanto como um conjunto social em situações sociais diferentes:

[...] Quase poderíamos dizer, por outras palavras, que a juventude ora se apresenta como um conjunto aparentemente homogêneo, ora como um conjunto heterogêneo: homogêneo se compararmos à geração dos jovens com outras gerações; heterogêneos logo que a geração dos jovens é examinada como um conjunto social com atributos sociais que diferenciam os jovens uns dos outros (Pais, 1990:151).

O autor reforça na conclusão do texto seus argumentos mostrando claramente a necessidade de transformar o campo de compreensão da juventude para uma análise que a compreenda a partir de sua diversidade. Conceituar “cultura juvenil” envolve a compreensão de valores socialmente atribuídos aos jovens (entendida também como uma fase de vida). São valores que estarão presentes em jovens de diferentes meios e condições sociais: “Por exemplo, ao considerar-se o fenômeno da moda através do uso de pares de variáveis como “identificação-diferenciação”, “inovação-passividade”, os jovens valorizariam os extremos dos contínuos que apontam para a “diferenciação” e a “inovação”, isto é, a moda seria entendida pelos jovens (por todos eles?) como uma possibilidade de expressividade, de auto-realização, de relativa independência de controle social” (Pais, 1990:163).

O conceito de cultura tem sido utilizado dentro da sociologia da juventude com o objetivo de compreender os diferentes comportamentos juvenis tendo como base o processo de internalização de normas e o processo de socialização: “É, por conseguinte, ao nível das representações sociais dominantes (das culturas dominantes) que as culturas juvenis se tem analisado” (Pais, 1990:163).

Ainda segundo o autor, a questão principal é decifrar os paradoxos da juventude, tendo em vista dois fatores essenciais desse processo. Os jovens compartilham os mesmos significados? Caso positivo, eles o realizam de forma semelhante? Por que eles realizam de forma semelhante ou distinta?

Para responder a essas perguntas, o autor julga ser necessário que os jovens sejam estudados a partir de seus contextos quotidianos, pois é nesse processo que eles constroem formas especiais de interação: “Os jovens constroem formas sociais de

compreensão e entendimento que se articula com formas específicas de consciência, de pensamento, de percepção e ação.” (Pais, 1990:164).

Olhar a sociedade através do dia-a-dia dos jovens se torna uma condição necessária para a correta abordagem dos paradoxos da juventude. As crenças e representações sociais se tornam instrumentos necessários para a compreensão de suas “interpretações coletivas” que perpassam as perspectivas desses jovens.

Regina Novaes (2007) ao discutir as referências essenciais sobre juventude encontra um leque de questões que tange à esfera do direito. A autora busca evidenciar o contexto no qual vive a juventude contemporânea para, assim, compreender suas especificidades, na busca por políticas públicas eficazes.

Um dos pontos-chave para compreender quem são esses jovens é analisar historicamente essa categoria, pois as idades cronológicas e as expectativas que as sociedades criam sobre seus jovens são alteradas ao longo da história: “De fato, as definições sobre infância, juventude e maturidade foram ganhando conteúdos, contornos sociais e jurídicos ao longo da história, no bojo de disputas econômicas e políticas.” (Novaes, 2007:1).

Encaramos regras socialmente construídas que estipulam os limites que cada sociedade reconhece como necessários na passagem das fases da vida. A autora, ao recortar a sociedade moderna, verifica que a juventude passa a ser compreendida como um tempo na formação de identidades e em seus projetos de futuro. Período de “ambivalências” - é dessa forma que é caracterizada a juventude tendo em vista esse período de contradição entre as expectativas da família e os anseios de liberdade e emancipação.

O conceito de “moratória social” é bem utilizado pela Regina Novaes, pois é visto como uma fase na qual os jovens se preparam para viver experiências no mundo do trabalho, na família e no exercício de seus deveres como cidadãos.

Não podemos generalizar e afirmar que todos os jovens passam pelo mesmo processo de “moratória social”. As diferenças culturais e principalmente as desigualdades sociais são pressupostos elementares para se falar de juventude, enfatizando-se, assim, o caráter plural dessa categoria. A condição juvenil é vivida, portanto, de acordo com sua origem social influenciada diretamente pelos níveis de renda.

A vivência juvenil é também diferenciada pelas desigualdades de gênero, orientação sexual, religiosa e política. Esses critérios demarcam jovens e vão

construindo cada vez mais subcategorias que diferenciam e pluralizam cada vez mais, reforçando seu caráter plural. A autora enfatiza essa condição nesta passagem: “Podemos dizer que diferentes segmentos juvenis formam um complexo caleidoscópio no qual se entrelaçam indicadores sociais reveladores. Desigualdades que, retro alimentadas por determinados preconceitos e discriminações, produzem distintos graus de vulnerabilidade juvenil”. (Novaes, 2007:2).

“A juventude é como um espelho retrovisor da sociedade”. A partir dessa declaração, a autora reforça o caráter comparativo necessário para compreender as sociedades em que vivem os jovens de diferentes gerações. Cada tempo e lugar são necessários para analisar as potencialidades das juventudes: “Os jovens do século XXI, que vivem em um mundo que conjuga um acelerado processo de globalização e múltiplas desigualdades sociais, compartilham uma experiência geracional historicamente inédita.” (Novaes, 2007:2).

A globalização é uma questão importante que atinge diretamente os jovens de hoje. A integração globalizada nunca foi tão profunda, e ao mesmo tempo os excluídos desse processo são inúmeros, a ponto de pesar as consequências desse processo em todos os envolvidos. E as profundas mudanças atingem particularmente os jovens: “As relações entre a juventude e a sociedade se fazem como em uma espécie de jogo de espelhos: ora apenas retrovisor, ora retrovisor e agigantador. Neste peculiar jogo dialético se produzem marcas geracionais, sensibilidades e disposições simbólicas comuns aos jovens que vivem em um mesmo tempo social.” (Novaes, 2007:3).

A educação, o trabalho e o consumo se tornaram alicerces básicos da passagem da juventude para a maturidade. O “estar na escola” se tornou condição para definir o jovem. O retardamento da entrada dos jovens no mercado de trabalho garantiria, portanto, uma melhor passagem para a vida adulta. Isso não aconteceu de fato em muitas classes sociais, levando, assim, muitos jovens de famílias mais pobres a deixarem a escola para entrar no mercado de trabalho (em sua maioria informal). Para Novaes (2007), “pequenas minorias de jovens vivenciam a desejada ‘moratória social’, enquanto a grande maioria deles encurta a infância e ao deixar de estudar, antecipa a vida adulta.” (*ibid*, p. 3). Nesse sentido, podemos relacionar o trabalho à busca por uma emancipação financeira que auxiliaria nesse momento ao acesso a bens de consumo e lazer.

As injustiças básicas ligadas à concentração de renda e oportunidades atingem os jovens gerando insegurança e angústias quando se trata da relação do trabalho e suas

expectativas com o futuro: “Esses sentimentos estão relacionados à consciência de que sua geração está submetida às rápidas transformações tecnológicas no mundo do trabalho.” (Novaes, 2007:3).

Frente às mudanças dos processos de desestruturação e flexibilização das relações de trabalho, os jovens estão percebendo que o diploma não é garantia de inserção direta ao mercado de trabalho. Reforçando esse argumento se faz necessário rever políticas públicas eficientes para essa atual condição juvenil. O trabalho é requisito importante para a sua emancipação econômica e atinge diretamente os conflitos típicos da juventude.

Faz-se necessário, ainda segundo Regina Novaes, atender às demandas dos jovens dessa geração tendo em vista o novo contexto mundial e as características da sociedade brasileira: “É preciso levar em conta as dívidas sociais que se acumularam ao longo do nosso passado histórico; lançar um olhar específico para as urgências que se colocam no presente e ter com perspectiva das necessidades futuras dos jovens hoje.” (Novaes, 2007:7).

Caracterizar os jovens como sujeitos de direitos é desafiador. Se no mundo moderno as questões da igualdade eram essenciais, no mundo contemporâneo o reconhecimento das diferenças nas identidades coletivas faz toda a diferença quando analisamos uma categoria plural como essa.

A ideia de “juventude como sujeito de direitos” é recente na história. Os direitos da juventude podem ser vistos como uma nova divisão entre os direitos da cidadania e os “direitos humanos” tendo em vista a amplitude das decisões necessárias que em grande maioria escapam do território nacional.

A autora reforça a necessidade de se pensar coletivamente as inquietações ligadas aos jovens contemporâneos. O que ela denomina serem “motivações pessoais” (partem do subjetivo, mas não ficam somente na esfera privada) e “motivações coletivas” (atingem o espaço público) são elementos-chave de consciência e formas de participação na esfera pública.

[...] Para essa geração juvenil ampliam-se as possibilidades de engajamento social a partir de sentimentos gerados na vida privada. Não por acaso, observamos o conjunto das formas de organização juvenis, notamos que questões relativas à sexualidade (outrora inerente à vida privada, proscrita no campo da participação política) são hoje levadas ao espaço público tanto por meio do combate ao machismo e à homofobia. Por esse cenário social que transita a expressão “jovem como sujeito de direito” (Novaes, 2007:9).

5 Conclusão

O objetivo do presente trabalho foi resgatar o debate sobre as relações entre cidadania, juventude e consumo no Brasil contemporâneo.

Como exposto no segundo capítulo, considero que a percepção acerca da cidadania precisa ser sempre repensada, como processo em curso na sociedade contemporânea. Os modelos utilizados por autores como T.H. Marshall (1967) e José Murilo de Carvalho (2009) representam uma construção de cidadania muito presente nos séculos XIX e XX. A existência do espaço público é condição elementar para a formação de uma democracia de qualidade. Quando observamos o caso brasileiro, algumas brechas na relação entre os cidadãos e o espaço público acabam por configurar relações frouxas e pouco eficientes do ponto de vista do trato com a coisa pública.

Nesse aspecto, a cidadania (a relação entre os indivíduos e o espaço público) pode ser configurada como sempre em mudança e necessária de ser compreendida em seu tempo. Ser cidadão em pleno século XXI no Brasil passa por relações que envolvem interesses coletivos que, não necessariamente, estão ligados às instituições políticas já consagradas.

Com essa revisão na construção da relação entre sociedade, cultura e política, Francisco Weffort (*apud* Dagnido, 1998) afirma que na política há mais do que o Estado. Ele não pode ser o único instrumento para a sociedade civil. O movimento social é uma saída encontrada para esse desafogamento do Estado, mas esse não deve ser encarado como ator social homogêneo, mas sim, como sujeito político de ampla diversidade.

Por isso, o terceiro capítulo aponta uma nova configuração que pode ser acoplada ao conceito de cidadania. Aliados à degradação política, e, por conseguinte, à falta de credibilidade das instituições políticas, outros modos de participação acabam se fortalecendo, e o ato de consumir extrapola suprir somente as necessidades físicas – ele deve ser compreendido como uma esfera de pertencimento e adesão social. Consumir é considerado um ato político devido ao jogo de interesses sociais.

Quando insiro no debate a questão do consumo, saliento a importância do tema no mundo atual e principalmente no âmbito das ciências sociais. Não estamos mais no momento de discussão acerca da opção ou não pelo capitalismo, mas sim, observar, dentro de sua relação, seus problemas estruturais. O consumo é uma maneira de distinção e, por isso, instrumento de diferenciação social.

No quarto e último capítulo realizo um levantamento acerca das considerações sobre o jovem e sua importância como ator social. O que é ser jovem? Nas já consagradas construções sociais feitas nas quais o jovem é apontado como sujeito “intermediário”, em comparação à condição de criança e de adulto, aponto para diagnósticos que vão além dessa configuração e complementam o jovem como ator político.

Segundo Morin (1977) a cultura de massa integra os adolescentes e os transforma com padrões e estereótipos socialmente construídos: “São acrescentados heróis, modelos e panóplias.” (*ibid*, p.162). O adolescente é o fenômeno mais forte da cultura de massa e que ao mesmo tempo orienta sua construção devido ao seu destaque e ao processo de homogeneização: “A ação prática dos grandes temas identificadores da cultura de massa (amor, felicidade, valores privados, individualismo) é mais intensiva na mocidade.” (*ibid*, p. 162).

Em tal cenário se configura a pesquisa “O sonho brasileiro” (2010) com uma forte representação dos jovens das classes A e B. A pesquisa aponta, em seus resultados, um grande otimismo em relação aos jovens, especificamente o que chama/caracteriza como “jovem ponte”, um jovem preocupado com as questões coletivas aliadas à sua condição individual.

Devido às configurações atuais nas quais há a predominância da busca por soluções individuais, saliento ainda a importância que deve ser atribuída a esferas como a do Estado.

Ficam as perplexidades frente à ênfase da pesquisa na solução centrada no indivíduo: seria sempre a partir do jovem, individualmente? A esfera pública estaria condenada ao esvaziamento? Estas questões sempre nos interpelam, mas as mobilizações dos “jovens indignados” em países europeus e nos Estados Unidos, bem como dos jovens na chamada “primavera árabe”, nos instigam a não produzirmos uma resposta definitiva.

6 Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodore W e HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas. In: BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. *Cultura, Consumo e Identidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BAUDRILLARD, Jean. “Significação da Publicidade” in LIMA, Luiz Costa. *Teoria da cultura de massa*. 4ª. Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- Baudrillard, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: edições 70, 1991
- BAUMAN, Zygmunt *A Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*,
- BELLUZZO, L.; VICTORINO, R. (2004). A juventude nos caminhos da ação pública. *São Paulo Perspec*, São Paulo: vol. 18, n. 4 (pp. 8-19).
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *A “juventude” é apenas uma palavra! Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. (pp. 112-121). 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Zouk: EDUSP, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- CALLIGARIS, Contardo. *Crônicas do individualismo cotidiano*. Editora Atica : Rio de Janeiro, 1996.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e cidadãos; conflitos multiculturais da globalização*. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 1999.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CASTRO, Lucia Rabello [org]. *Infância e adolescência na cultura do consumo*. Rio de Janeiro: NAU, 1998.
- COSTA, J. S. F. *Perspectivas da juventude na sociedade de mercado*. In: Regina Novaes; Paulo Vannuchi. (Org.). *Juventude e sociedade - Trabalho, educação, cultura e participação*. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2004, v. 1, p. 75-88.
- COSTA, Sérgio. *As cores de Ercília*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 1990

- DOUGLAS, M; ISHERWOOD, B. O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo. Ed. UFRJ: Rio de Janeiro, 2006.
- DRUCKER, Peter Ferdinand. *A sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1993.
- DUBAR, C. A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais. Porto, Portugal: Porto Editora, 1997.
- ESCOBAR, Arturo, Sonia E. ALVAREZ, Evelina DAGNINO (orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos (novas leituras)*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001. 538 páginas.
- ERIKSON, E.H. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo, Studio Nobel, 1995.
- FILÉ, Valter [org.]. *Batuques, fragmentações e fluxos: zapeando pela linguagem audiovisual escolar*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- _____. *Modernidade e identidade*. 1a Ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed.2002.
- _____. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: UNESP, 1996
- GROPPO, L.A. *Juventude: ensaios sobre Sociologia e História das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- NOVAES, Regina. *Juventude e sociedade: jogo de espelhos sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas*. Revista Sociologia Especial-Ciência e Vida. São Paulo, outubro de 2007.
- MARSHALL, T.H. (1967) *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro. Zahar Editores
- MARTIN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997..
- MCCRACKEN, Grant David. *Cultura e consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 206 p
- McCRACKEN, Grant. *Cultura & Consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e atividades de consumo*. Tradução: Fernando Eugênio. Revisão técnica: Everardo Rocha. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. (Coleção Cultura e Consumo/coordenação Everardo Rocha).
- MORAN, José Manuel. *Leituras dos meios de comunicação*. Pancast Editora: São Paulo, 1993.
- MORIN, Edgar (1977). *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

- NOVAES, Adauto (org.). *Rede imaginária: televisão e democracia*. - São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1991,
- NOVAES, Regina. “Juventude e sociedade: jogo de espelhos sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas”. *Revista Sociologia Especial-Ciência e Vida*. São Paulo, outubro de 2007.
- OXHOM,, Philip. *Cidadania como consumo ou cidadania como agência: uma comparação entre as reformas de democratização da Bolívia e do Brasil*. *Sociologias* [online]. 2010, vol.12, n.24, pp. 18-43. ISSN 1517-4522
- PAIS, José Machado. *A construção sociológica da juventude: alguns contributos*. *Análises Sociológicas*, 1990 v. 25, p. 105-106
- PORTILHO, Fátima. *Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados*. *Revista Política e Sociedade*, v. 8, p. 199-224, 2009.
- REICH, Robert B. *Supercapitalismo*. Rio de Janeiro: Campus, 2008. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- RIBEIRO, Renato Janine. Política e Juventude: o que fica da energia. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI. *Juventude e Sociedade: trabalho educação cultura e participação*. São Paulo: Editor Perseu Abramo, 2004.
- ROCHA, Everardo P. Guimarães. *A sociedade do sonho: comunicação, cultura e consumo*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Mauad, c1995
- ROCHA, Everardo P. Guimarães; ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda. *Comunicação, consumo e espaço urbano: novas sensibilidades nas culturas jovens*. Rio de Janeiro: Ed. PUC - Rio, Mauad, 2006
- ROCHA, Everardo P. Guimarães; PEREIRA, Claudia. *Juventude e consumo: um estudo sobre a comunicação na cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.
- TAVOLARO, Sergio B. F. 2008. “*Quando discursos e oportunidades políticas se encontram: para repensar a sociologia política da cidadania moderna*”. *Novos Estudos CEBRAP*, 81: 117-136
- TELLES, Vera da Silva. *Espaço Público e Espaço Privado na Constituição do Social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt* In: *Tempo Social; Rev. Social*. S. Paulo, USP, 2(1): 23-48, 1.sem. 1990
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1999.